PLANO DE TRABALHO

PRODUTO 01

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO 2016-2026

PROCESSO DE REVISÃO 2015

CAMPO LARGO
PREFEITURA DA CIDADE

PLANO DIRETOR
PROCESSO DE REVISÃO 2015

VERTRAG
PLANEJAMENTO URBANO

NOVEMBRO
2015

Prefeitura Municipal de Campo Largo – Paraná
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – CONDUMA
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano – SMDU

PLANO DE TRABALHO | 1ª FASE - MOBILIZAÇÃO

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO

Processo licitatório TP – 005/2015. Contrato nº 216/2015.

Curitiba
Novembro de 2015
Vertrag Planejamento Ltda.

APRESENTAÇÃO

O presente relatório compõe **o Produto 01-PLANO DE TRABALHO**, referente à 1ª Fase – Mobilização, contendo o cronograma físico de trabalhos, a proposição de métodos para os trabalhos e a avaliação preliminar do Plano Diretor Municipal vigente, conforme Contrato de Prestação de Serviços nº 216/2015, celebrado no dia 04 de setembro de 2015 e Ordem de Serviço emitida em 21 de setembro de 2015 entre a Vertrag Planejamento Ltda. e a Prefeitura Municipal de Campo Largo, e reuniões com a Equipe Técnica Municipal. Este relatório está em conformidade com as exigências do Termo de Referência do processo licitatório TP – 005/2015, referente à contratação de consultoria especializada para a elaboração da revisão do Plano Diretor do Município de Campo Largo – Estado do Paraná.

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Letícia Nerone Gadens - Coordenadora

Secretaria de Meio Ambiente
Mirela Jacomasso Medeiros - Coordenação adjunta

Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Antonio Ivair Reinaldin

Secretaria de Desenvolvimento Rural
Priscila Cazarin

Secretaria de Viação e Obras
Clauber Baroni Ramos

Advocacia Geral do Município
Ricardo Sthuart Saldanha de Araújo

CONDUMA – CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLOVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano – Planejamento Urbano
Daily Reinke
Letícia Nerone Gadens

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano – Controle E Projetos Urbanos
Carlos Alberto Groth
Evelise Bianco Surgik

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico
Antonio Ivair Reinaldin
Martim Meyer

Secretaria Municipal do Meio Ambiente
Fernando Tozetti
Mirela Jacomasso Medeiros

Advocacia Geral do Município
Rodrigo de Rocha Stremel Torres
Ricardo Sthuart Saldanha de Araújo

Secretaria Municipal de Viação e Obras
Luiz Carlos Cecato
Karla de Andrade Knauber

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural
Maria Bernadeth Kulka
Cézar Braga

Secretaria Municipal de Saúde
Virgínia Prado Schiavon Ramos
Ana Paula Cruzara

Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes
Julio Cezar Torres
Cristiane Binhara

ACICLA
Jefferson Wanderlei Pallu
João Fernando dos Santos

Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campo Largo
André Fernando Mocelin
Bruno Boaron

COCEL
Marcelo Rubens Krayevski
Marcos Antonio de Moura Leite

ONG – MEACAM
Rodolpho Humberto Ramina
Luciano Moraes e Silva

Instituição de Ensino Superior
Ricardo Carvalho Rodrigues
Marlon Cordeiro

Sanepar
Vinicius Santiago Sieracki

Sindicato Rural de Campo Largo
Renato Luiz Gogola
Hugo Ruthes

OAB
Fabiano Luiz Andreassa
Maguy Azevedo Lobo Ribas

Associação de Moradores de Campo Largo
Dirceu Ananias Pinto

Câmara de Vereadores
João Marcos Cavalin Cuba
Luis Daniel Torres Junior

VERTRAG PLANEJAMENTO LTDA.

Coordenador
Renata Satiko Akiyama
Arquiteta-Urbanista PhD.

Aspectos sócio-urbanísticos
Luis Henrique C. Fragomeni
Arquiteto-Urbanista Msc.

Aspectos de infraestrutura e transporte
André Malheiros
Engenheiro Civil,PhD.

Aspectos ambientais
Helder Rafael Nocko
Engenheiro Ambiental

Aspectos geomorfológicos
Ivo Hauer Malschitzky
Geólogo, especialista em Geologia e Geomorfologia

Cartografia e geoprocessamento
Letícia Panzarini
Geógrafa, especialista em Geoprocessamento

Aspectos socioeconômicos
Wilhelm Eduard Meiners
Economista, mestre em Desenvolvimento Econômico

Aspectos institucionais
Bruno de Freitas Kaesemodel Pereira
Administrador, técnico em processamento de dados

Aspectos jurídicos
Guilherme K. Fragomeni
Advogado, mestre em Direito Ambiental e Gestão Urbana

Aspectos sociais e participação
Leandro Martins e Silva
Sociólogo, mestre em Sociologia

EQUIPE COMPLEMENTAR
FUNÇÃO NA ESTRUTURA / NOME FORMAÇÃO
Análises sócio urbanísticas / Débora L. Schumacher Furlan / Arquiteta Urbanista com experiência em Direito à Cidade e Gestão Urbana

Ambiente, análises geográficas e cartográficas / Karine Krunn / Geógrafa com experiência em geoprocessamento

SUMÁRIO

1 PLANO DIRETOR MUNICIPAL 14

2 AGENTES ENVOLVIDOS 15

2.1 METODOLOGIA PARTICIPATIVA 17

2.1.1 Reuniões Técnicas de Capacitação e Preparatória 18
2.1.2 Oficinas Técnicas 18
2.1.3 Oficinas de Leitura Comunitária 19
2.1.4 Audiências Públicas 21
2.1.5 Conferência da revisão do Plano Diretor 21

2.2 METODOLOGIA DE ANÁLISE 22

2.2.1 Diretrizes e Estratégias Metodológicas 22
2.2.2 Escalas de Abrangência 23
2.2.3 Metodologia de Análise e Revisão do plano diretor 23

3 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES 26

3.1 FASE 01 - MOBILIZAÇÃO 26

3.1.1 Atividades 26
3.1.2 Produtos 27

3.2 FASE 02 – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA 28

3.2.1 Atividades 28
3.2.2 Produtos 30

3.3 FASE 03 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES 31

3.3.1 Atividades 31
3.3.2 Produtos 32

3.4 FASE 4 – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PD 32

3.4.1 Atividades 32
3.4.2 Produtos 34

4 PRODUTOS 35

5 CRONOGRAMA E FLUXOGRAMA DE ATIVIDADES 38

6 AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO PLANO DIRETOR 2005 41

6.1 AVALIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA 41

6.2 QUESTIONÁRIO DO PAI 43

6.3 RESULTADOS DA OFICINA TÉCNICA 44

6.3.1 Grupo de discussão sobre Gestão Municipal 44
6.3.2 Grupo Infraestrutura e Meio Ambiente 48
6.3.3 Grupo Aspectos Econômicos e Financeiros 50
6.3.4 Grupo Equipamentos Comunitários 52

FIGURAS

FIGURA 1: Agentes envolvidos 15
FIGURA 2: Processo de Planejamento Municipal 24
FIGURA 3: Método das ameaças, oportunidades, estrangulamentos e potencialidades. 25
FIGURA 4: Capacidade de Suporte 29

QUADROS

QUADRO 1: Equipes chave, de apoio e complementar 17
QUADRO 2: Valor de equivalência para cálculo da relevância das ações 43
QUADRO 3: Resumo dos resultados da avaliação das ações do PDDI vigente 44
QUADRO 4: Síntese das ações consideradas prioritárias pelo questionário 45
QUADRO 5: Matriz FOFA – Aspectos de gestão pública do território 47
QUADRO 6: Síntese das ações consideradas prioritárias pelo questionário 48
QUADRO 7: Matriz FOFA – Aspectos de infraestrutura e meio ambiente 49
QUADRO 8: Síntese das ações consideradas prioritárias pelo questionário 51
QUADRO 9: Matriz FOFA – Aspectos de desenvolvimento econômico 52
QUADRO 10: Síntese das ações consideradas prioritárias pelo questionário 53
QUADRO 11: Matriz FOFA – Aspectos de infraestrutura e equipamentos 55

SIGLAS

ACICLA	Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Largo
AECL	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campo Largo
CMCL	Câmara Municipal de Campo Largo
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
COCEL	Companhia Campolarguense de Energia
COMUDE	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico
CONDUMA	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
CRECI	Conselho Regional de Corretores de Imóveis
ETM	Equipe Técnica Municipal
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PMCL	Prefeitura Municipal de Campo Largo
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SMDR	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMVO	Secretaria Municipal de Viação e Obras
VERTRAG	Equipe Técnica Contratada

1 PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Em 2001, treze anos após a promulgação da Constituição, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Cidade, Lei 10.257, que reafirma que o Plano Diretor é o instrumento legal orientador da política de desenvolvimento e expansão urbana, tendo como princípio garantir a função social da propriedade, assegurando a todos os cidadãos o acesso a terra urbanizada e regularizada e reconhecendo o direito à moradia e aos serviços urbanos. Estão estabelecidos no Estatuto os instrumentos capazes de assegurar estes princípios uma vez regulamentados pela legislação do Plano Diretor Municipal.

A grande mudança e, ao mesmo tempo, o grande desafio que o Estatuto da Cidade e a Resolução nº 25 do Conselho das Cidades trazem é a obrigatoriedade da participação pública na elaboração e implantação dos planos ensejando a possibilidade de apropriação do Plano Diretor pela comunidade (Plano Diretor Participativo). Desta forma, os moradores são chamados a contribuir com a leitura da cidade e elaboração e aprovação de propostas e, na sequência, acompanhar sua implantação, prestando legitimidade e reduzindo os riscos oriundos da descontinuidade das políticas públicas e do planejamento.

Territorialmente, o Plano Diretor de Campo Largo deve abranger a totalidade do município assim, mesmo constituindo o instrumento básico da política urbana, deverá contemplar as relações e a integração entre área rural e área urbana. Temas relevantes são: às relações campo-cidade, à prestação de serviços e localização de equipamentos públicos na área rural, as vilas/núcleos rurais, ao macrozoneamento municipal, a mobilidade rural a localização de atividades produtivas, à proteção ambiental, dentre outras.

Além disso, cabe considerar que o Município de Campo Largo está inserido na Região Metropolitana de Curitiba - RMC, conformando com os 15 municípios do Núcleo Urbano Central – NUC uma estreita relação urbana, social, econômica e ambiental. A avaliação e revisão do plano diretor deverão considerar não apenas os limites do território municipal, mas todo o espaço metropolitano e suas relações de influência na rede de cidades polarizadas pela RMC.

Do ponto de vista do horizonte temporal, o §3º do artigo 40 do Estatuto da Cidade, estabelece que o plano diretor tenha vigência por no máximo 10 anos, sendo que as diretrizes e estratégias propostas devem observar este limite. Porém, ressalva-se que a vida econômica e os impactos de determinadas obras e proposições urbanísticas ultrapassam em muito este horizonte, como a reurbanização da área lindeira ao trecho desativado da BR 277, a política de localização industrial. Neste caso, serão considerados nas metodologias de avaliação e plano de ação horizontes estendidos.

No processo de elaboração do plano diretor, torna-se importante ainda, ressaltar o compromisso assumido pelo governo brasileiro e seus governos locais, perante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente em cumprir a Agenda 21, planejando e implementando o desenvolvimento sustentável. Além disso, deverá ser compatível com demais instrumentos legais tais como: a Lei de responsabilidade Fiscal, a Lei Orgânica Municipal e demais planos setoriais, regionais e nacionais de desenvolvimento incidentes sobre o território municipal.

2 AGENTES ENVOLVIDOS

Ao longo de todas as fases de revisão do plano diretor de Campo Largo, serão envolvidos os agentes que contribuem na construção da realidade territorial, seja criando regras e fazendo a gestão do território, como ocupando e se apropriando e transformando os espaços municipais. Para o envolvimento destes agentes, destaca-se a importância da mobilização e capacitação da sociedade, como uma ação prioritária para a elaboração do Plano Diretor Municipal Participativo.

Cada um desses agentes terá responsabilidades específicas e cumprirá um papel determinante ao longo do processo de construção coletiva do plano diretor. Cabe ressaltar que o descumprimento de tais responsabilidades por parte dos agentes envolvidos poderá prejudicar o resultado final do processo de elaboração do plano ou mesmo inviabilizar a aprovação do mesmo nos termos previstos por lei.

A identificação, as responsabilidades e o relacionamento entre os agentes públicos e técnicos são apresentados a seguir.

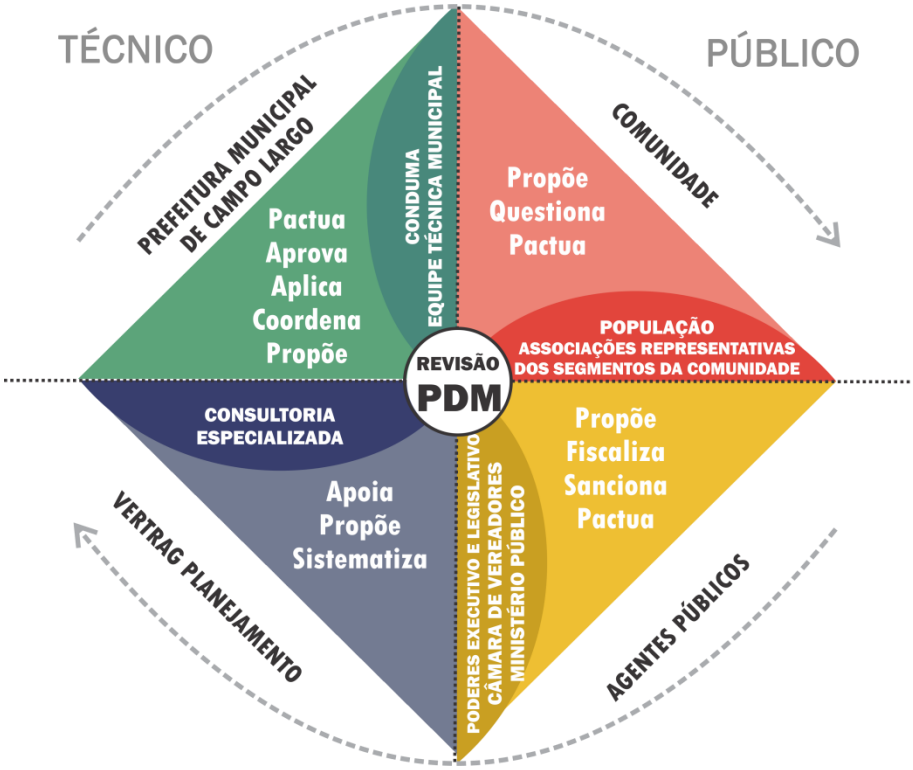


FIGURA 1: Agentes envolvidos
Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.

Dentre os agentes e atribuições destacam-se:

- Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU):

De acordo com a Constituição Federal, o poder executivo tem como atribuição dar cumprimento à política de desenvolvimento urbano do município, sendo o Plano Diretor o instrumento básico norteador dessa política. Assim, cabe à Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, a organização, o apoio técnico e a participação ativa durante todas as fases de elaboração e, posteriormente, durante a implementação do plano diretor.

- Prefeitura Municipal – Equipe Técnica Municipal (ETM):

Assegurar a construção do processo do PD de acordo com os fins propostos no Termo de Referência e no Plano de Trabalho; mediar e fazer a interlocução entre o poder executivo municipal, o poder legislativo municipal e a Vertrag ao longo do processo; coordenar o processo de participação da sociedade civil na elaboração do PD; e aprovar, propor alterações e / ou complementações nos documentos elaborados ao longo das etapas do processo; e tornar público os momentos de discussão e consulta direta do plano diretor junto à sociedade civil, publicizando as informações e documentos produzidos.

- Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (CONDUMA):

Participar das ações de revisão do plano diretor, incluindo oficinas e audiência públicas, contribuindo ativamente para a tomada de decisões em conjunto com as equipes técnicas; contribuir na construção coletiva do Plano; auxiliar na mobilização da sociedade durante o processo de construção participativa do PD.

- Comunidade:

Para assegurar a gestão democrática será assegurada a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento da revisão do Plano Diretor.

- Câmara de Vereadores:

Depois de finalizado o processo de avaliação e revisão do plano diretor, este deverá ser aprovado pela Câmara Municipal. Deste modo, é de fundamental importância a participação e envolvimento do órgão legislativo municipal em todas as etapas do plano diretor, para que eventuais dúvidas possam ser sanadas durante a discussão coletiva e para que a minuta de lei possa ser aprovada dentro do prazo previsto pelo cronograma proposto pelo Edital.

- Vertrag Planejamento Ltda.:

Garantir o exercício da gestão democrática durante o processo de revisão do PD, por meio da integração com a ETM, CONDUMA e comunidade local; formar um banco de dados a partir de informações coletadas in loco; propor mecanismos que possibilitem a implementação pelo Município de um sistema de atualização, acompanhamento, controle e avaliação constantes das metas e objetivos do plano.

A equipe técnica principal da Vertrag Planejamento Ltda. será composta pelos seguintes profissionais:

QUADRO 1: Equipes chave, de apoio e complementar

EQUIPE CHAVE		
FUNÇÃO NA ESTRUTURA	NOME	FORMAÇÃO
Coordenador	Renata Satiko Akiyama	Arquiteta-Urbanista PhD.
Aspectos sócio-urbanísticos	Luis Henrique C. Fragomeni	Arquiteto-Urbanista Msc.
Aspectos de infraestrutura e transporte	André Malheiros	Engenheiro Civil,PhD.
Aspectos ambientais	Helder Rafael Nocko	Engenheiro Ambiental
EQUIPE DE APOIO		
FUNÇÃO NA ESTRUTURA	NOME	FORMAÇÃO
Aspectos geomorfológicos	Ivo Hauer Malschitzky	Geólogo, especialista em Geologia e Geomorfologia
Cartografia e geoprocessamento	Letícia Panzarini	Geógrafa, especialista em Geoprocessamento
Aspectos socioeconômicos	Wilhelm Eduard Meiners	Economista, mestre em Desenvolvimento Econômico
Aspectos institucionais	Bruno de Freitas Kaesemodel Pereira	Administrador, técnico em processamento de dados
Aspectos jurídicos	Guilherme K. Fragomeni	Advogado, mestre em Direito Ambiental e Gestão Urbana
Aspectos sociais e participação	Leandro Martins e Silva	Sociólogo, mestre em Sociologia
EQUIPE COMPLEMENTAR		
FUNÇÃO NA ESTRUTURA	NOME	FORMAÇÃO
Análises sócio urbanísticas	Débora L Schumacher. Furlan	Arquiteta Urbanista com experiência em Direito à Cidade e Gestão Urbana
Ambiente, análises geográficas e cartográficas	Karine Krunn	Geógrafa com experiência em geoprocessamento

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.

2.1 Metodologia Participativa

A revisão do plano diretor de Campo Largo tem como um de seus princípios norteadores a construção coletiva da cidade. Para tanto, a metodologia proposta estrutura-se a partir de um processo de discussão interativo, que concorda estudos técnicos a contribuições da sociedade e entidades a partir de eventos de participação, consultas públicas e contribuições diretas.

Os eventos de participação dividem-se em internos e externos. Os Eventos Internos serão direcionados para a Equipe Técnica Municipal (ETM), podendo envolver membros do CODUMA, representantes do poder executivo, poder legislativo, órgãos e instituições estaduais e federais, municípios vizinhos e da Região Metropolitana de Curitiba.

Fazem parte dos Eventos Internos:

- Reuniões técnicas de capacitação
- Reuniões técnicas preparatórias
- Oficinas técnicas
- Reuniões técnicas de consolidação

Serão realizadas 04 Reuniões técnicas de capacitação, 05 Reuniões técnicas preparatórias, 04 Oficinas técnicas e 05 Reuniões técnicas de consolidação.

Os Eventos Externos serão direcionados principalmente para a população e as associações representativas dos vários segmentos da comunidade. Os eventos externos também serão abertos a participação da ETM, membros do CONDUMA, representante do Ministério Público e representantes dos poderes executivo e legislativo.

Fazem parte dos Eventos Externos:

- Oficinas comunitárias
- Audiências Públicas
- Conferência da revisão do Plano Diretor Municipal

Serão realizadas 03 Oficinas Comunitárias, 04 Audiências Públicas e 01 Conferência.

2.1.1 Reuniões Técnicas de Capacitação e Preparatória

As reuniões técnicas têm por objetivo a discussão, o aprimoramento e o acompanhamento do plano diretor pelos agentes públicos, especialmente aqueles que compõem a ETM. Tais eventos buscam também, o início de um processo de interação destes agentes que conduzirão a política urbana municipal.

As reuniões técnicas dividem-se em preparatória e de capacitação. A reunião técnica preparatória destina-se ao planejamento de atividades, organização de eventos e ajustes entre a consultoria e a ETM. A reunião técnica de capacitação tem por objetivo a apresentação e discussão de produtos junto à ETM e CONDUMA.

Ao longo das atividades do plano deverão ocorrer reuniões técnicas temáticas nas quais representantes de cada secretaria discutirão deficiências e potencialidades com consultores da Vertrag, fornecerão dados e informações, apresentarão demandas, propostas e sugestões dos temas de sua área.

2.1.2 Oficinas Técnicas

As oficinas técnicas serão realizadas antes do fechamento de cada fase para apresentação e discussão dos resultados, com representantes da ETM, CONDUMA, poder legislativo e executivo e demais conselhos. Deste modo, a primeira oficina técnica avaliará o Plano de Ação e Investimentos do plano diretor vigente. A segunda, avaliará o produto da avaliação temática integrada. A terceira, avaliará as propostas e diretrizes do plano diretor. Por fim, a quarta oficina técnica discutirá as ações prioritárias selecionadas e os investimentos previstos para a consecução do plano diretor.

2.1.3 Oficinas de Leitura Comunitária

A dinâmica territorial envolve diferentes agentes, cujos interesses são específicos. A realidade em que se trabalha pode se apresentar de diversas formas, conforme o enfoque pelo qual ela é observada. Assim, o levantamento da realidade deve tentar ouvir todas as partes envolvidas na dinâmica urbana, rural e regional, de modo que seja possível estabelecer um acordo entre os mais diversos interessados, num esforço para prevalecer o interesse coletivo.

Na medida em que um dos objetivos deste trabalho é a elaboração de propostas de ordenamento territorial de forma democrática, é de suma importância identificar as demandas e expectativas da população. Neste sentido, durante a elaboração do plano diretor serão realizadas oficinas para a construção da leitura comunitária**.**

Além do esclarecimento de aspectos relacionados à construção do plano diretor, as oficinas comunitárias possibilitam que toda a população (urbana e rural) contribua para a elaboração das diretrizes de uso e ocupação do território.

As oficinas comunitárias consistirão em encontros previamente agendados e amplamente divulgados, nos quais serão aplicadas técnicas capazes de captar a percepção de vários sujeitos ao mesmo tempo. Deste modo, propõe-se realizar uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através da técnica de grupos focais, que se baseia na ideia de que a interação dialógica entre os atores presentes incentiva, enriquece e qualifica as percepções iniciais de cada um.

A técnica de pesquisa através de grupos focais é atualmente muito conhecida e utilizada nas investigações sociais, seja como método principal, seja associada a diversas outras técnicas, como as entrevistas individuais, a aplicação de questionários ou a observação participante[1]. No presente caso, em particular, ela se propõe a subsidiar e aperfeiçoar o diagnóstico técnico que será realizado pela equipe da Vertrag, utilizando como método de coleta de dados a realização de entrevistas, levantamentos de campos e a pesquisa de dados secundários. A compatibilização e a integração entre o resultado das oficinas comunitárias e oficinas técnicas resultarão no diagnóstico técnico e comunitário, que subsidiará a elaboração das propostas do plano diretor.

No que se refere às dinâmicas para a realização das oficinas comunitárias, a participação será aberta a todos, todavia, serão enviados convites para representantes de bairro, entidades e associações atuantes no município. Os participantes serão separados em grupos temáticos, com número controlado de membros, conforme seus vínculos e possíveis interesses em relação ao tema que será debatido. Os temas de interesse da pesquisa e comuns aos indivíduos presentes no mesmo grupo de interesse tendem a emergir do debate e ganhar contornos mais claros na medida em que a discussão se aprofunda.

Certamente cada um dos atores participantes traz previamente consigo uma percepção e certas expectativas sobre o tema em questão. O conjunto destas percepções e expectativas é o

[1] Vale ressaltar que, dependendo do número de participantes e do interesse dos mesmos, os encontros tenderiam para entrevistas coletivas, uma vez que não propiciariam condições para o surgimento de discussões entre atores com vínculos e interesses em comum. Tal método consiste numa simples série de perguntas realizadas por um entrevistador e respondidas individualmente pelos presentes.

objeto de interesse das oficinas comunitárias, sendo que o debate deve propiciar as condições para que ele seja percebido. A ideia do método é trazer a reflexão para o grupo de modo que cada um dos indivíduos possa dividir e comparar suas diferentes perspectivas e, desta forma, enriquecer/qualificar suas percepções individuais e permitir à pesquisa a visualização de expectativas e percepções coletivas.

Nas oficinas comunitárias, haverá moderadores que deverão: (i) garantir que o foco do debate não fuja dos objetivos da pesquisa; (ii) manter as diretrizes do método, ou seja, produzir uma discussão entre informantes e não entre informantes e moderadores; (iii) estimular o debate de tópicos de interesse que estiverem sendo pouco aprofundados, resguardando um espaço equânime de diálogo entre os participantes, e garantindo o fluxo das trocas de ideias e impressões.

O interessante nesta metodologia é que ela incentiva os participantes a ouvir as demandas alheias e, desta forma, supera a ideia de defender apenas os seus interesses individuais. Assim, é importante que, antes da dinâmica, os participantes sejam orientados a não pré-julgar a opinião dos outros, a se engajar no processo participativo e, principalmente, a escutar o que o outro tem a dizer.

O objetivo maior desse trabalho é não apenas discutir os problemas, mas construir as possibilidades de solução junto com a comunidade e o poder público local, no intuito de envolver a população no projeto para que a mesma, após a conclusão da oficina comunitária, acompanhe a aprovação e a implantação do plano diretor.

A participação nas oficinas comunitárias será registrada através de lista de presença, com nome completo, telefone, endereço eletrônico (quando houver) e assinatura dos presentes. Os encontros serão fotografados e os principais pontos registrados em memória de reunião, para posterior análise e elaboração de relatório.

Além da realização dos grupos focais, será entregue um breve questionário aos participantes, durante os encontros com os mesmos, a fim de recolher informações que possam nortear as análises e as propostas do plano diretor. Os questionários, compostos por perguntas abertas e fechadas, serão digitalizados em tabelas sintéticas, analisados e apresentados no relatório da análise temática integrada.

Preliminarmente, fica estabelecida a ocorrência de três momentos de reunião no município para a realização da Leitura Comunitária. Entretanto, caso a Vertrag e a Equipe Técnica Municipal identifiquem a necessidade de mais reuniões para assegurar a participação e representação das comunidades urbanas e rurais, serão realizadas reuniões complementares.

Um aspecto importante a destacar é que a metodologia de trabalho não é rígida podendo sofrer alterações de acordo com as características específicas de cada grupo da comunidade. Ainda, espera-se pactuar com a ETM e a CA: (i) o cronograma das reuniões comunitárias; (ii) os locais que sediarão os eventos; (iii) as entidades que serão convocadas; (iv) e, principalmente, a metodologia a ser utilizada.

2.1.4 Audiências Públicas

As Audiências Públicas do Plano Diretor são obrigatórias e têm por finalidade mobilizar a comunidade, informar, dar publicidade ao plano diretor, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do plano diretor. Garantindo assim, a participação direta da comunidade no reconhecimento da realidade municipal e na consolidação das diretrizes e propostas do plano.

Estas devem seguir as seguintes recomendações do Estatuto da Cidade e da Resolução 25 do Conselho Nacional das Cidades:

- Serem convocadas por edital, anunciadas pela imprensa local ou utilizar os meios de comunicação de massa ao alcance da população local;
- Ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população;
- Serem dirigidas pelo Poder Público Municipal, com o apoio da Vertrag, que após a exposição de todo o conteúdo, abrirá as discussões aos presentes;
- Garantir a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão lista de presença;
- Serem gravadas e, ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

Deverão ocorrer 03 (três) audiências cujos conteúdos previstos são:

- 1ª Audiência Pública: apresentação do início dos trabalhos do plano diretor (conceito, importância e desenvolvimento); identificação de entidades, associações e outros agentes da sociedade organizada para criação de comissão de acompanhamento da elaboração/revisão do plano diretor; sondagem inicial sobre as necessidades do município e as aspirações da população;
- 2ª Audiência Pública: apresentação e discussão da avaliação temática integrada; acolhimento de sugestões da população para o aprimoramento das diretrizes e proposições de desenvolvimento municipal;
- 3ª Audiência Pública: apreciação das proposições para a legislação básica e avaliação dos produtos finais do plano diretor.

A Vertrag se responsabilizará por elaborar a apresentação da audiência pública e orientar. A Prefeitura será responsável pela organização e disponibilização das instalações, além de realizar a divulgação dos eventos. Lembra-se que as audiências públicas deverão ser publicadas em Diário Oficial com no mínimo 15 dias de antecedência. A Vertrag poderá auxiliar o município na elaboração do conteúdo a ser publicado.

2.1.5 Conferência da revisão do Plano Diretor

A conferência de revisão do plano diretor apresentará o resultado de todo o processo realizado, conjugando as análises e propostas das oficinas técnicas e comunitárias. Ao final da apresentação realizada pela consultora, os participantes serão convidados a se manifestar e aprovar o documento que contém a síntese das propostas apresentadas.

A conferência da revisão do plano diretor ocorrerá por ocasião da conclusão da 4ª Fase e tem como foco pactuar o plano diretor municipal entre o poder executivo, poder legislativo, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.

Ressalta-se a importância da participação e envolvimento do órgão legislativo municipal em todas as etapas da revisão do plano diretor, para que eventuais dúvidas possam ser sanadas durante a discussão coletiva e para que a minuta de lei possa ser aprovada dentro do prazo previsto pelo cronograma proposto pelo Edital. A logística para a realização dos eventos é de responsabilidade do Município.

2.2 Metodologia de Análise

Neste item, a partir do estabelecido no Termo de Referencia, explicitam-se as principais metodologias que serão empregadas para a realização dos trabalhos.

2.2.1 Diretrizes e Estratégias Metodológicas

A metodologia utilizada para a revisão do plano diretor visa privilegiar e proporcionar a participação dos diversos atores sociais do município e região metropolitana. Tendo em vista que os municípios brasileiros guardam singularidades físicas, geográficas e socioculturais, assim também as formas de compartilhar as ideias devem ser específicas para cada caso, ainda que o método participativo seja o mesmo na essência.

Considera-se também que o método adotado deve possibilitar o acumulo de conhecimento a partir de experiências realizadas considerando erros e acertos no processo de planejamento e na elaboração e implementação de planos diretores. Assim, a revisão do plano diretor de Campo Largo deve iniciar pela avaliação do plano vigente e, também, propor mecanismos para o monitoramento e avaliação das ações futuras.

Em atendimento ao Termo de Referência, a organização proposta também tem como função estabelecer um processo de transferência do conhecimento entre representantes do Município e da Vertrag Planejamento que atue como facilitador da implementação do plano diretor em médio e longo prazos.

Deste modo, as metodologias propostas na sequência devem ser entendidas como iniciativas que embasarão a evolução do processo de planejamento participativo em parceria com o município. Os métodos serão debatidos, compreendidos e pactuados com a ETM durante a 1ª Fase, integrando conceitos metodológicos à realidade do município ou mesmo aprimorando metodologias participativas que já vêm sendo utilizadas pelo poder público local.

Cabe destacar que entre os principais indicadores que norteiam o processo participativo estão:

- Representatividade: o processo deverá estar aberto a todos os segmentos do município, organizados ou não;
- Territorialidade: a categoria de análise são os territórios geograficamente definidos em funções das suas especificidades;
- Caráter pedagógico: fazer aprendendo e aprender fazendo como forma de avanço de conhecimento sobre o seu território, o município e a região;
- Interatividade: troca de saberes entre os atores envolvidos no processo;
- Transparência: o processo é documentado em todas as suas fases, e pode ser consultado a qualquer momento pelos interessados;
- Flexibilidade metodológica: abordagem dinâmica da metodologia, ajustada sempre que necessário.

2.2.2 Escalas de Abrangência

Segundo o Termo de Referência (item 3), a revisão do plano diretor deverá abranger todo o território do Município de Campo Largo, englobando áreas designadas como urbanas e rurais.

As escalas de análise e proposição incluem:

- A Região Metropolitana de Curitiba – RMC
- Os municípios vizinhos, limítrofes
- Escala municipal
- Perímetro urbano e área rural
- Regionais
- Distritos

Em termos de escala geográfica, o trabalho deve considerar além das escalas sugeridas os recortes funcionais com vistas à integração funcional dos sistemas ambiental, de mobilidade, de infraestrutura e de equipamentos e serviços.

2.2.3 Metodologia de Análise e Revisão do plano diretor

O método geral proposto para a revisão do plano diretor de Campo Largo parte da consideração do processo de planejamento do território municipal, segundo uma ética ambiental, participativa e de acumulo de conhecimento representada por um ciclo continuo tendo como principais elementos: i) a construção (formulação participativa) do plano diretor; ii) a aprovação nas instancias técnica, comunitária e política configurando o pacto social; iii) a gestão do detalhamento do plano para a implantação dos programas projetos e ações; iv) e o monitoramento e avaliação participativo dos resultados, conforme ilustrado na figura a seguir.

FIGURA 2: Processo de Planejamento Municipal

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.

Tratando-se de uma revisão de plano municipal vigente, é recomendável que se inicie pela avaliação dos os erros e acertos do plano existente adotando-se método comparativo entre os principais indicadores das diretrizes (eixos) propostos e a realidade municipal. Esta avaliação se dará em duas etapas.

Na primeira fase foi realizada a avaliação preliminar do Plano de Ação e Investimentos por parte dos técnicos municipais e a avaliação dos instrumentos de política territorial, apresentados no capítulo 7 deste relatório. Na Fase 02, serão realizadas entrevistas, análise de dados e informações que complementarão a avaliação preliminar realizada na primeira fase.

A análise e a sistematização dos principais aspectos que se destacam das oficinas técnicas e comunitárias realizadas para o plano diretor de Campo Largo se baseia essencialmente em um métodos já consagrado no planejamento estratégico: a análise SWOT.

A metodologia SWOT permite identificar influências internas e externas de forma sistemática e objetiva. O principal objetivo da SWOT é para auxiliar no desenvolvimento de uma consciência plena de todos os fatores, positivos e negativos, que podem afetar o planejamento estratégico e tomada de decisão do Município.

Uma análise SWOT concentra-se inteiramente sobre quatro elementos: forças (Strengths) e estrangulamentos (Weaknesses) internos ao Município e, oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats) provenientes do ambiente externo. Ao elaborar uma análise SWOT, normalmente cria-se uma tabela dividida em quatro colunas para listar cada elemento impactante lado a lado para comparação, conforme exemplo abaixo:

	AUXILIAM ATINGIR O OBJETIVO	DIFICULTAM ATINGIR O OBJETIVO
ORIGEM INTERNA	STRENGTHS (FORÇA)	WEAKNESSES (FRAQUEZA)
ORIGEM EXTERNA	OPPORTUNITIES (OPORTUNIDADES)	THREATS (AMEAÇAS)

FIGURA 3: Método das ameaças, oportunidades, estrangulamentos e potencialidades.

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.

A análise SWOT é uma simples estratégia, embora abrangente para identificar não só os pontos fracos e ameaças de um plano, mas também os pontos fortes e as oportunidades que ele torna possível. Enquanto uma excelente ferramenta de brainstorming, a análise de quatro pontas também insita que se analisem e executem estratégias de uma forma mais equilibrada.

Esta técnica é também um instrumento útil na interrelação entre escalas, multissetores e agentes envolvidos, pois possibilita o planejamento e organização da leitura técnica do espaço de forma compreensível e de fácil visualização da realidade, inclusive, para discussão com a comunidade.

3 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

O processo de "Elaboração da Revisão do Plano Diretor do Município de Campo Largo" será realizado, no prazo máximo de 330 dias, em quatro fases:

- 1ª Fase: Mobilização;
- 2ª Fase: Análise Temática Integrada;
- 3ª Fase: Diretrizes e Proposições;
- 4ª Fase: Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do Plano Diretor.

Cada uma destas fases contempla atividades específicas conforme descrito a seguir:

3.1 FASE 01 - Mobilização

A fase inicial do processo de revisão do Plano Diretor envolve a ambientação da equipe contratada no território e com a equipe técnica municipal, bem como a pactuação e detalhamento das etapas de revisão do plano, equacionamento do cronograma, prazos, produtos, processos metodológicos, responsabilidades e demais aspectos pertinentes à realização do trabalho. Além disso, inclui as primeiras atividades de informação e mobilização da comunidade para participação na revisão do Plano.

A metodologia proposta pelo Termo de Referência cita três principais atividades: (1) elaboração do cronograma físico de trabalhos; (2) proposição de métodos para os trabalhos; e (3) avaliação da capacidade de gestão urbana. Estas atividades estão descritas na sequência.

3.1.1 Atividades

<u>Elaboração do Cronograma Físico de Trabalhos</u>

O Cronograma Físico de Trabalhos, discutido com a ETM (ver relatório de atividades I) explicita e detalha a cronologia das atividades e eventos que compõem o processo de revisão do plano diretor. Foi utilizado como referência para definir a programação do trabalho, os períodos de elaboração de cada uma das fases, participantes e a forma de comunicação entre agentes envolvidos, prevendo encontros técnicos e comunitários, apresentações e entregas de produtos do plano diretor.

O cronograma apresenta também eventuais ajustes, levando-se em conta o encadeamento entre as atividades e eventos, a capacidade de mobilização dos atores externos e da equipe municipal, sobretudo, em relação aos prazos para análise e aprovação de produtos. Ressalta-se que, tendo em vista a extensão o longo prazo de realização das atividades, o cronograma será revisto em cada fase e aprovado pela ETM.

Proposição de Métodos para os Trabalhos

A metodologia apresentada deverá viabilizar a participação dos técnicos da Prefeitura Municipal e de outros níveis de governo, bem como da sociedade civil, de segmentos econômicos e da classe política local, de modo a incorporar a experiência dos servidores municipais e a vivência, as expectativas e as prioridades dos seus cidadãos. A participação dos diversos públicos nas etapas de trabalho deverá seguir as recomendações previstas no Termo de Referência elaborado pela Prefeitura Municipal (item 6.1.2).

Os métodos propostos pela Vertrag e definidos em conjunto com a ETM buscaram assegurar os critérios expostos abaixo e se encontram descritas em maior detalhe no item 2.2 deste relatório.

Avaliação da Capacidade de Gestão Urbana

Nesta etapa foi avaliada a capacidade institucional da administração pública municipal para desempenhar as funções pertinentes às atividades de planejamento e gestão urbana conforme as diretrizes vigentes do plano diretor, descritas no item 6.1.3 do Termo de Referência, e, também diante dos novos desafios postos pelo desenvolvimento de Campo Largo. A partir desta avaliação, serão traçadas diretrizes para orientar o detalhamento e a adequação da capacidade institucional para gestão urbana aos processos e particularidades da administração pública em uma etapa consecutiva à revisão do PD.

Em reunião com a ETM, ficou acordado que nesta fase seria realizada, mediante pesquisas estruturadas e entrevistas, a avaliação preliminar do plano diretor vigente, no que se refere a: (i) diretrizes e proposições; (ii) implementação do PAI; (iii) implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade. Essa avaliação encontra-se no item 6.1. e será complementada na Fase 02 – avaliação temática integrada.

O Termo de Referência (item 6.1.3) indica ainda a avaliação (i) das atividades de licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo e o cumprimento de demais posturas municipais; (ii) do desempenho do CONDUMA; (iii) da estrutura organizacional e atribuições das unidades administrativas competentes; e (iv) do monitoramento dos indicadores. Contudo, foi acordada com a ETM a realização destas atividades na Etapa 03, da Fase 02.

3.1.2 Produtos

A fase de Mobilização será realizada no prazo de 45 dias, sendo entregue o Plano de Trabalho e o Relatório de Atividades I.

3.2 FASE 02 – Análise Temática Integrada

Nesta fase serão levantados os dados e informações necessários para a elaboração dos diagnósticos técnico, acompanhados de oficinas e reuniões técnicas. Também serão realizadas oficinas comunitárias para a compreensão do município a partir do ponto de vista de quem o vivencia.

O resultado da avaliação técnica e do diagnóstico comunitário dará suporte para a construção de um texto base, que será concretizado pelos processos de discussão interna entre os agentes municipais da ETM e do CONDUMA, oficinas técnicas com comissões temáticas formadas por representantes dos poderes legislativo e executivo, e discutidos e aprovados em audiência pública.

A Análise Temática será realizada em três partes, conforme solicitado pelo Termo de Referência (item 6.2) e detalhado a seguir.

3.2.1 Atividades

Na **Parte 1**, o Município será analisado em quatro temas:

- Análise da inserção regional do Município;
- Análise das áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos;
- Análise do uso e ocupação do solo atual;
- Análise da capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas.

No primeiro tema, será analisada a inserção de Campo Largo no contexto da rede urbana do estado e da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), considerando em especial a relação com municípios limítrofes e Curitiba. Em sequência, será analisado o uso e ocupação do território municipal, o processo de expansão urbana e sua relação com as áreas ambientalmente aptas, restritas ou inaptas para o uso antrópico. Ainda neste tema será contemplada a avaliação da área situada entre o ramal antigo da BR277 e a faixa duplicada. Por fim, deverá ser considerada a capacidade de atendimento e distribuição de infraestrutura e serviços públicos, considerando os cenários da demanda atual e tendencial.

A **Parte 2** é composta por três estudos:

- Análise da adequação do uso e ocupação do solo atual à capacidade de suporte ambiental de infraestruturas.

Neste estudo será realizada a sistematização e análise de dados e informações para a avaliação integrada dos principais sistemas urbanos e do plano diretor vigente segundo o método SWOT e com apoio de Sistemas de Informação Georreferenciados (SIG). Será composta pelas seguintes atividades: comparação entre a proposta de zoneamento vigente e dos usos e tendências predominantes reais, com a relevância dos compartimentos ambientais em que estão inseridas e com a capacidade de atendimento da infraestrutura disponível (viária, saneamento

básico, iluminação pública e outras). A análise também deve considerar os valores paisagísticos, culturais e a pertinência da legislação vigente. Ver figura abaixo.

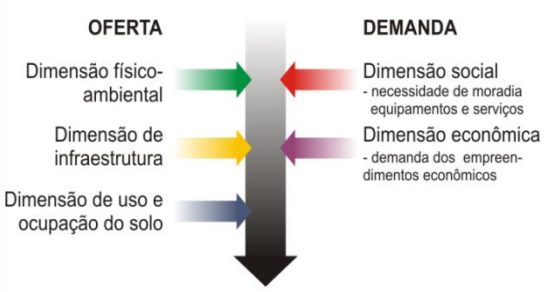


FIGURA 4: Capacidade de Suporte

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.

- Estudos de projeção da expansão urbana em relação às capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas.

Neste estudo as atividades principais compreendem: a avaliação do padrão urbanístico atual de ocupação do solo nas áreas para expansão urbana e áreas urbanas não ocupadas - considerando também sua adequação à legislação que lhe é pertinente e à capacidade de suporte ambiental e das estruturas municipais.

A análise das áreas de expansão da sede urbana e das sedes de distritos abordará: a localização e tendências de uso do solo; questões ambientais; avaliação de equipamentos comunitários e urbanos; sistema viário e de transportes e considerações em relação aos investimentos previstos.

- Análise da distribuição populacional e suas condições socioeconômicas.

Neste estudo serão tratados: a síntese da capacidade atual e tendencial de atendimento dos equipamentos comunitários e urbanos; as tendências econômicas e o acesso à moradia.

A última parte da Análise Temática, **Parte 3**, deverá considerar:

- Análise das condições gerais do sistema de transporte e mobilidade.

As atividades do estudo compreendem a avaliação da adequação da capacidade de atendimento – atual e futura – do sistema de transporte coletivo e do deslocamento não motorizado em relação às necessidades de deslocamento da população entre as áreas residenciais, dos principais equipamentos públicos e das principais áreas de oferta de postos de trabalho e, ainda, das condições gerais – atuais e futuras – de acessibilidade e mobilidade, com ênfase urbana, para definição de soluções específicas para garantir os direitos ao transporte, ao trabalho, aos serviços públicos e ao lazer.

Além dos eventos temáticos já previstos, a análise da mobilidade incluirá levantamentos em fontes secundarias da CIRETRAN e do BPTran, COMEC, entrevistas com empresas de transporte publico locais, associações de ciclistas, associação de taxistas dentre outras.

- Avaliação da capacidade de investimento do Município.

A avaliação da capacidade de investimento do município, atual e futura, visando à implementação do Plano Diretor a ser expresso no Plano de Ação e Investimento integrante do PD.

- Avaliação da estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes.

O estudo sobre os conselhos municipais tem como principais atividades identificação das sinergias, convergências e sobreposições de competências e ações com vistas ao aumento da eficácia e efetividade dos resultados esperados. Serão analisadas ainda:

  - a capacidade institucional da administração municipal para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana, considerando atividades de licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo para fins urbanos, edificações e obras, e localização e funcionamento das atividades econômicas, e ainda do cumprimento de demais posturas municipais;
  - A participação e gestão comunitária, identificando os conselhos existentes que estão relacionados à temática do desenvolvimento urbano de forma direta (por ex.: Conselho da Cidade, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Habitação, Saneamento Ambiental, de Trânsito/Mobilidade Urbana) ou indireta (conselhos cujas temáticas de alguma forma rebatam sobre o território, por ex.: Conselho da Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública, Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico) e avaliar as respectivas naturezas, atribuições, composição, funcionamento e oportunidades de unificação.

<u>Em síntese</u>

Para a realização das atividades de análises compreendidas nas três etapas previstas para a Análise Temática Integrada, serão necessárias as atividades de (i) levantamento de dados e informações secundárias, em órgãos e secretarias municipais e estaduais; (ii) tabulação de documentos e dados de institutos de pesquisa; (iii) pesquisas e entrevistas com secretarias e representantes locais etc.; (iv) visitas técnicas ao Município; v) entrevistas.

3.2.2 Produtos

O prazo para execução desta fase é de 170 dias, no qual serão apresentados os três Relatórios de Atividades da Fase 02, por etapa, e a Análise Temática Integrada (P2).

3.3 FASE 03 – Diretrizes e Proposições

A Fase 03 corresponde à elaboração de diretrizes de revisão do plano diretor, definidas a partir de eixos estratégicos que considerarão ações a curto, médio e longo prazo. Estas diretrizes detalhadas a seguir serão agrupadas em:

- Diretrizes para o (re) ordenamento territorial;
- Definição de instrumentos urbanísticos;
- Estabelecimento de uma sistemática permanente e participativa de planejamento e gestão municipal.

3.3.1 Atividades

Diretrizes para o (re) ordenamento territorial

Esta atividade abrange a formulação das diretrizes de ordenamento territorial municipal e urbano, envolvendo as necessárias revisões de macrozoneamentos, perímetros, áreas de expansão e parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, hierarquia do sistema viário básico, localização de atividades produtivas de grande porte, distritos industriais. Em conformidade com o Termo de Referência (item 6.3.1), os temas relacionados às atividades econômicas, sistema viário e parcelamento do solo deverão ter especial relevância e poderão trazer recomendações para a revisão do plano metropolitano no interesse do município de Campo Largo.

Definição de instrumentos urbanísticos

Serão propostos os instrumentos urbanísticos estabelecidos no Estatuto das Cidades, localizando e delimitando áreas potenciais para sua aplicação conforme a necessidade de adequação e pertinência às dinâmicas atuais levantadas nas fases precedentes do processo de revisão do plano diretor. Serão identificadas em especial as áreas críticas para a regularização fundiária bem como as novas oportunidades de desenvolvimento urbano que se configuram, ambas, pressupõe associação imediata aos instrumentos urbanísticos capazes de viabilizar empreendimentos e ampliar os benefícios para a comunidade.

Estabelecimento de uma sistemática permanente e participativa de planejamento e gestão municipal

A atividade compreende a formulação de proposta organizacional para o sistema de planejamento municipal, incluindo a organização de um núcleo de pesquisa e informações e de monitoramento e avaliação (item 6.3.3 do Termo de Referência).

A formulação de um sistema de monitoramento e avaliação participativos do Plano entendida como parte integrante da gestão urbana de forma a assegurar continuidade ao processo de planejamento e acúmulo de conhecimento pelo exercício da prática e aprendizado com erros e acertos de sua implementação.

3.3.2 Produtos

O prazo para execução desta atividade é de 60 dias, no qual serão apresentados as Diretrizes e Proposições do Plano Diretor (P3) e o relatório de acompanhamento V da Fase 03.

3.4 FASE 4 – Plano de Ação e Investimentos e institucionalização do PD

Com a conclusão da análise Temática Integrada e das Diretrizes e Proposições, as propostas para a revisão do plano diretor serão ajustadas na forma de minuta de lei para encaminhamento à Câmara de Vereadores. Deste modo, nesta etapa será realizada a revisão do texto final e dos anexos da legislação que compõem o plano diretor. Esta fase será realizada em três etapas, descritas em sequência:

- Plano de Ação e Investimento (PAI)
- Institucionalização do Plano Diretor
- Ajustes na estrutura organizacional

Elaborar proposta de alteração dos seguintes instrumentos legais vigentes: i) Estrutura Organizacional; ii) Regimento Interno; iii) Plano de Cargos, Carreiras e Salários; iv) Regimento Interno do Conselho Municipal da Cidade; v) Código Tributário, visando à adoção dos ajustes necessários à implementação do PD.

3.4.1 Atividades

<u>Plano de Ação e Investimento (PAI)</u>

Com base nas diretrizes delimitadas, será elaborado o Plano de Ação e Investimento, com estratégias para a implantação do sistema de controle e atualização permanente do Plano Diretor. Em conformidade com o item 6.4.1 do Termo de Referência, serão abordados para cada ação/investimento: responsável, temática, objetivo, localização, meta, curso, prazo, indicador de monitoramento e fonte de recursos.

Nesta atividade, será proposta priorização dos investimentos que levará em conta as decisões adotadas em audiências públicas, o PPA municipal, bem como a capacidade de investimento e de alavancagem de recursos municipal. Subjacente será considerada a capacidade local de mobilização de recursos humanos

No Plano de Ação e Investimentos (PAI) deverão constar estratégias para a implantação ou atualização do sistema de implementação, acompanhamento, controle, avaliação e atualização permanente do PD. Este sistema terá o objetivo de fortalecer no Município a prática do planejamento, tanto institucionalmente quanto junto à sociedade.

Institucionalização do Plano Diretor

A institucionalização do plano diretor envolve a revisão da legislação existente bem como a elaboração de minutas de novos anteprojetos de lei abrangendo as leis listadas no item 6.4.2 do Termo de Referência.

Elaboração das seguintes minutas de lei:

- Lei do Plano Diretor Municipal onde são estabelecidas as diretrizes gerais do plano, incluindo o Macrozoneamento urbano e rural (mapa com a organização espacial), articulada à inserção ambiental englobando o uso, o parcelamento e a ocupação do território, a infraestrutura e os equipamentos sociais; o planejamento e gestão do desenvolvimento municipal, definindo os instrumentos que auxiliarão o Poder Municipal na tarefa de planejar e gerenciar o desenvolvimento; o Sistema de acompanhamento e controle do plano;
- Anteprojeto de lei do perímetro urbano, e do perímetro de expansão urbana, se for o caso, onde o Município proverá os espaços de equipamentos e serviços, bem como exercer o seu poder de polícia e de tributação municipal;
- Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano, em conformidade com a Lei Federal n.º 6766/79 e suas alterações, definindo os procedimentos relacionados com os loteamentos, desmembramentos e remembramentos de lotes urbanos e demais requisitos urbanísticos: tamanho mínimo dos lotes, a infraestrutura que o loteador deverá implantar bem como o prazo estabelecido para tal, a parcela que deve ser doada ao poder público com a definição do seu uso (assegurando ao Município a escolha das áreas mais adequadas), a definição das áreas prioritárias e das áreas impróprias ao parcelamento, proposição de áreas para loteamentos populares (Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS), faixas de servidões, faixas de proteção, faixas de domínio, áreas ou pontos de interesse paisagístico e outros requisitos em função da peculiaridade local;
- Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural, com mapa anexo, o qual divide o território do Município em zonas e áreas, define a distribuição da população neste espaço em função da infraestrutura existente e das condicionantes ambientais. A definição dos parâmetros urbanísticos mínimo, básico e máximo, deve se embasar na capacidade de suporte das infraestruturas urbanas existentes ou projetadas, no caso das áreas urbanas, e nas condicionantes ambientais e proteção de infraestrutura no caso de áreas rurais;
- Anteprojeto de Lei do Código de Edificações e Obras regulamentando as normas edilícias no Município;
- Anteprojeto de Lei do Sistema Viário, hierarquizando e dimensionando as vias públicas, bem como as diretrizes viárias para os novos parcelamentos;
- Anteprojeto de Lei de condomínios horizontais e verticais;
- Anteprojeto de Lei de regulamentação do direito de preempção;

- Anteprojeto de Lei de regulamentação de outorga onerosa do direito de construir;
- Anteprojeto de Lei de regulamentação da transferência do direito de construir;
- Anteprojeto de Lei de regulamentação do estudo de impacto de vizinhança;
- Anteprojeto de lei de regulamentação da proteção ao patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico.
- (Re)criação do Conselho Municipal da Cidade;
- Decreto regulamentador dos procedimentos administrativos, fluxograma e formulários, necessários à organização dos trâmites para licenciamento das atividades relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano;
- Anteprojetos de leis específicas que se mostrarem necessárias para implementação das propostas previstas no PD.

Deverão ser incorporadas nestas leis, todas as recomendações de órgãos e instituições federais, estaduais e municipais, que tenham atuação no território municipal tais como: Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Coordenação Estadual de Defesa Civil (CEDEC), Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Companhia Campolarguense de Energia (COCEL), Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), e os que forem compatíveis com as temáticas dos distintos Anteprojetos de Leis.

Ajustes na estrutura organizacional

Com o objetivo de que sejam efetivados os ajustes necessários à implementação do plano diretor, serão feitas recomendações em relação áreas afins na Prefeitura Municipal de Campo Largo.

Durante esta última fase, é prevista a tramitação da minuta de lei na Câmara Municipal e sua aprovação. A equipe da Vertrag estará à disposição para apresentar o resultado de todo o processo de discussão, avaliação e revisão do Plano Diretor, destacando artigos e temas com propostas para alteração.

3.4.2 Produtos

O prazo para execução desta atividade é de 60 dias, no qual será apresentado o relatório de atividades VI da Fase 04 e o Relatório Final do Plano Diretor de Campo Largo (P04), contendo o texto revisado da lei do plano diretor, bem como das demais leis complementares, cartografia e mídia e a apresentação técnica para a Câmara de Vereadores.

4 PRODUTOS

Tomando como base o Termo de Referência e as atividades necessárias para o desenvolvimento do presente trabalho, serão explicitados a seguir, os Produtos a serem desenvolvidos e seus respectivos prazos de entrega, conteúdos e objetivos principais.

PRODUTO 01

- Nome: Plano de Trabalho.
- Prazo: 45 dias da Assinatura da Ordem de Serviço, conforme Cronograma Físico (item 10 do Termo de Referência)
- Conteúdo: Plano de Trabalho detalhado, contendo Cronograma Físico de Trabalhos e proposição de métodos para os trabalhos, avaliação da capacidade da gestão urbana e definição dos prazos de execução e de entrega dos produtos vinculados a cada atividade.
- Objetivo: Efetivar o cronograma de trabalho com a identificação das fases, participantes e responsáveis, datas de entrega de produtos e realização de eventos participativos do Plano Diretor Municipal. Definir estratégias de revisão do plano diretor e de ação – Proposta Metodológica, que permitam a participação efetiva do cidadão. Avaliar a capacidade institucional da administração municipal para desempenhar as funções referentes ao planejamento e gestão urbana conforme o Plano Diretor vigente, nos aspectos conforme o item 6.1.3 do Termo de Referência.

PRODUTO 02

- Nome: Análise Temática Integrada.
- Prazo: 210 dias da assinatura da Ordem de Serviço.
- Conteúdo: Análise da inserção regional do Município, da aptidão das áreas ao uso e ocupação antrópicos, do uso e ocupação atual do solo, da análise da infraestrutura, equipamentos e serviços públicos existentes, da capacidade de suporte ambiental e de infraestruturas, da distribuição populacional e condições socioeconômicas, do sistema de transporte e mobilidade, da capacidade de investimento do município e da estrutura e funcionamento dos conselhos municipais.
- Objetivo: Elaboração da Síntese Técnica que dará suporte às discussões com o Município e com a população campolarguense. Levantamento de dados e informações, sistematização de dados, elaboração e compatibilização de base cartográfica, análises e diagnóstico técnico e comunitário.

PRODUTO 03

- Nome: Diretrizes e Proposições.
- Prazo: 270 dias da assinatura da Ordem de Serviço.
- Conteúdo: Diretrizes para o (re) ordenamento territorial, definição de instrumentos urbanísticos e proposta de uma sistemática permanente e participativa de planejamento e gestão municipal, visando a implementação e atualização permanente do Plano Diretor.

- Objetivo: Elaboração de diretrizes, com base na análise Temática Integrada e pactuação com a população, que subsidiarão as minutas de lei e as prioridades do Plano de Ação e Investimentos (PAI).

PRODUTO 04

- Nome: Relatório Final do Plano Diretor de Campo Largo.
- Prazo: 330 dias da assinatura da Ordem de Serviço.
- Conteúdo: Minutas para a Legislação Básica e revisão dos instrumentos jurídicos listados no item 6.4.2 do Termo de Referência, em compatibilidade com os instrumentos listados no item 3 do documento / Plano de Ação e Investimentos (PAI), institucionalização do plano diretor e propostas de ajustes na estrutura organizacional, regimento interno, plano de cargos, carreiras e salários, regimento interno do Conselho Municipal da Cidade e Código Tributário / Plano Monitoramento e Avaliação das metas, impactos e processos de planos e projetos multissetoriais associados à implementação de Políticas Públicas.
- Objetivo: Atualizar e adaptar a legislação municipal. Elaborar a minuta de lei que deverá ser encaminhada para a Câmara dos Vereadores – Proposta. Ajustes necessários à implementação do Plano Diretor.

RELATÓRIOS DE ATIVIDADE

- Nome: Relatório de Atividades I – Fase 01.
    - Prazo: 45 dias da assinatura da Ordem de Serviço.
    - Conteúdo: Datas, locais, listas de presença, ata, pauta/programação, horários de início e fim, fotos, slides utilizados e demais materiais de apoio.
    - Objetivo: Atestar a realização das atividades durante a Fase 01 da elaboração da revisão do Plano Diretor de Campo Largo. Inclui material comprobatório relacionado à Reunião técnica de capacitação, Reunião técnica preparatória, oficina técnica, 1ª Audiência Pública e Reunião técnica de consolidação.
- Nome: Relatórios de Atividades II, III e IV – Fase 02.
    - Prazo: 90 (II), 150 (III) e 210 (IV) dias da assinatura da Ordem de Serviço.
    - Conteúdo: Ata, fotos, slides utilizados, material instrucional e materiais de apoio.
    - Objetivo: Atestar a realização das atividades durante as Partes 1, 2 e 3 da Fase 02 da elaboração da revisão do plano diretor. Inclui material comprobatório relacionado às Reuniões técnicas de capacitação e preparatórias e oficinas técnica e comunitária.
- Nome: Relatório de Atividades V – Fase 03.
    - Prazo: 270 dias da assinatura da Ordem de Serviço.
    - Conteúdo: Lista de presença, ata, fotos, slides utilizados, material instrucional e materiais de apoio.
    - Objetivo: Atestar a realização das atividades durante Fase 3 da elaboração da revisão do plano diretor. Inclui material comprobatório relacionado à Reunião técnica de capacitação, Reunião técnica preparatória, oficina técnica, oficina comunitária, 3ª Audiência Pública e Reunião Técnica de Consolidação.

- Nome: Relatório de Atividades VI – Fase 04.
    - Prazo: 330 dias da assinatura da Ordem de Serviço.
    - Conteúdo: Lista de presença, ata, fotos, slides utilizados, material instrucional e materiais de apoio.
    - Objetivo: Atestar a realização das atividades durante Fase 03 da elaboração da revisão do plano diretor. Inclui material comprobatório relacionado à reunião técnica de capacitação, Reunião técnica preparatória, oficina técnica, oficina comunitária, 4ª Audiência Pública, Conferência da Revisão do plano diretor e reunião técnica de consolidação.

FORMA DE APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS PRODUTOS

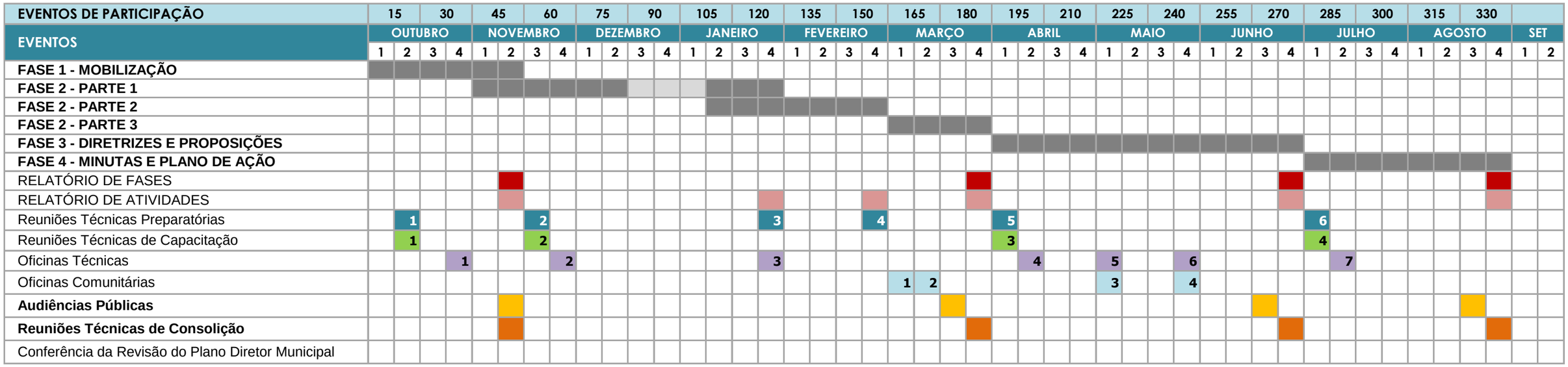
- Os serviços contratados deverão obedecer às especificações do Termo de Referência (Anexo A), as normas vigentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), as Leis e Decretos Municipais, Estaduais e Federais que preceituam este tipo de serviço.
- Conforme previsto pelo Termo de Referência, a apresentação e entrega dos produtos será em formato de arquivos adequados, tanto para os relatórios textuais (extensões DOC e PDF) quanto a tabelas (extensões XLS e PDF) e a imagens (extensões JPG/TIF e PDF) e bases cartográficas a serem entregues em mapas (extensões DWG e PDF) e impressos (dobrados em A4 “orientação retrato”). São exigidas 03 (três) vias em CD e 03 (três) vias impressas para cada produto, cujas versões finais serão apresentadas em volume único, encadernadas em papel formatado A4.
- Em concordância com o Termo de Referência, a encadernação da Versão Final do Plano Diretor revisto será realizada em capa dura.
- Junto ao Produto Final, serão incluídos a base de dados, as análises, os estudos preliminares, memórias de cálculo e mapas gerados durante a elaboração do trabalho, bem como a sistematização, produção do diagnóstico técnico e o detalhamento gráfico das sínteses técnica e da sociedade.
- As apresentações públicas deverão ser realizadas com apresentação audiovisual e os materiais deverão ser entregues em cópia digital (CD) em arquivo com extensão PPT. Para todas as oficinas e audiência haverá material impresso de orientação do assunto do evento e divulgação prévia à comunidade.

APRECIAÇÃO

- Caberá à Equipe Técnica Municipal, durante todo o processo de elaboração do trabalho, a apreciação dos padrões especificados pelo Termo de Referência. Cada produto entregue será examinado pela ETM, que será responsável pelo atestado de execução dos serviços e emissão de parecer técnico para a autorização de faturamento.
- Em caso de dúvidas ou omissões, durante a pactuação de resultados e compatibilização de produtos, será atribuição da fiscalização fixar o que julgar necessário, em rigorosa obediência ao que preveem as normas e regulamentos, a ABNT e a legislação vigente.

5 CRONOGRAMA E FLUXOGRAMA DE ATIVIDADES

Apresenta-se a seguir o Cronograma e o Fluxograma do processo de revisão do plano, contendo a inter-relação das atividades propostas, sequência de entrega de produtos e período de realização dos principais eventos.



- Entrega de Produtos
- Entrega de Relatórios de Atividades
- Reuniões Técnicas Preparatórias
- Reuniões Téc. de Capacit. e Oficinas Técnicas
- Oficinas Comunitárias
- Audiências Públicas
- Consolidação de Fases
- Oficina de Avaliação do Plano Diretor Vigente

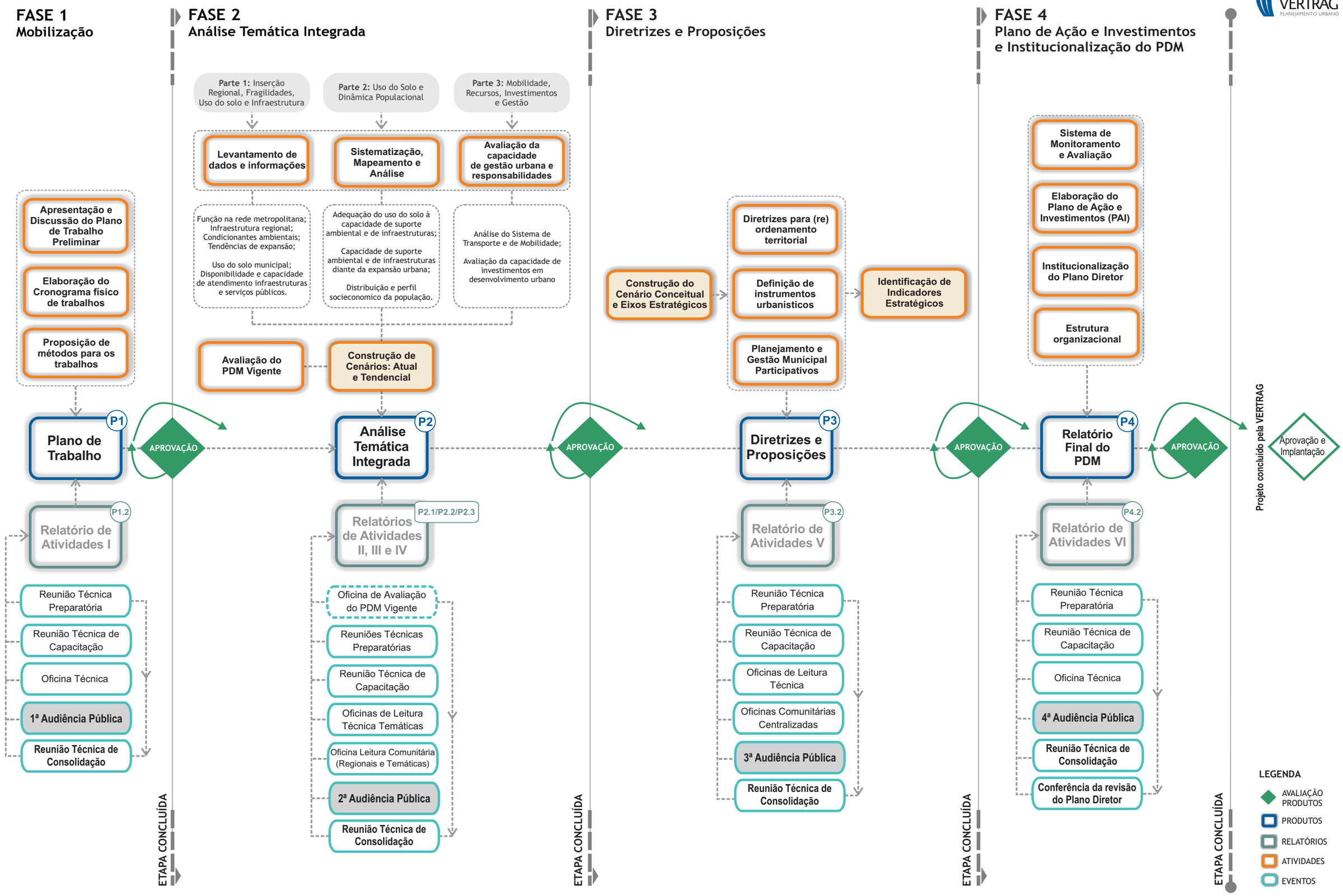
1. RTP - Audiência Pública
2. RTP - Parte 1: Oficina Técnica e Audiência
3. RTP - Parte 2:
4. RTP - Parte 3:
5. RTP - Diretrizes
6. RTP - Plano de Ação

1. RTC - PD + Métodos de trabalho
2. RTC - Análise Temática Integrada
3. RTC - Diretrizes e Proposições
4. RTC - Plano de Ação e Investimentos

1. OT - PD + Avaliação PD
2. OT - Diagnóstico Parte 1 e 2
3. OT - Diagnóstico Parte 3
4. OT - Propostas
5. OT - Mista com Comunitária
6. OT - Mista com Comunitária
7. OT - Plano de Ação

1. OC - Sede + Ferraria
2. OC - Batéias + Três Córregos
3. OCG - Propostas + Leis
4. OCG - Propostas + Leis

FLUXOGRAMA DE ATIVIDADES | REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO



6 AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO PLANO DIRETOR 2005

6.1 Avaliação dos instrumentos da política urbana

Os municípios brasileiros possuem a competência e a responsabilidade de promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (Art. 30, VIII da Constituição Federal).

Para atender à responsabilidade prevista na Constituição Federal, os municípios contam com diversos instrumentos para interferir na dinâmica de uso e ocupação do solo, que tem como principal força motora os investimentos privados. Através destes instrumentos, o Poder Público incentiva e direciona os investidores privados a atuarem em harmonia com o interesse público.

A harmonização entre os interesses privados e públicos (de forma a promover cidades justas, solidárias e sustentáveis) visa atender ao principal objetivo da Política Urbana Brasileira: o cumprimento da Função Social da Cidade e da Propriedade Urbana.

Este relatório tem como objetivo geral analisar a relação entre o Plano Diretor de Campo Largo (com seus instrumentos específicos), e os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades. Como objetivos específicos, procurou-se:

- identificar quais instrumentos estão previstos na Lei do Plano Diretor de Campo Largo;
- verificar se os instrumentos são passíveis de aplicação com base na legislação existente no Município, ou carecem de regulamentação;
- registrar a experiência do Município com a aplicação dos instrumentos (este objetivo será alcançado através da Oficina Técnica a ser realizada com os gestores públicos municipais).

O PD de Campo Largo não traz uma lista dos Instrumentos da Política Urbana que serão utilizados para alcançar os objetivos do Plano, característica comum a muitos planos diretores municipais.

Os Instrumentos da Política Urbana previstos pelo PD de Campo Largo são mencionados na descrição das leis e códigos específicos e complementares ao Plano (art. 4° parágrafo único):

- Lei da Utilização Compulsória de Imóveis Urbanos;
- Lei do Direito de Preempção e das Operações Urbanas Consorciadas;
- Lei do Usucapião Urbano e do Direito de Superfície.

Os instrumentos previstos pelo PD de Campo Largo são relativamente poucos frente aos diversos instrumentos sugeridos pelo Estatuto das Cidades. Instrumentos importantes da Política Urbana como a transferência e outorga onerosa do direito de construir, e as zonas de especial interesse social (ZEIS), não foram previstos.

A falta de tais instrumentos não reflete, necessariamente, uma falha do Plano. A previsão e utilização dos Instrumentos de Política Urbana dependem de uma série de fatores, entre eles a capacidade de gestão da Prefeitura e o contexto socioeconômico do Município. De qualquer

maneira, tais instrumentos deverão ser considerados na oportunidade de revisão do Plano Diretor.

A tabela a seguir traz uma breve análise dos instrumentos previstos no PD de Campo Largo, atendendo aos objetivos específicos deste relatório:

INSTRUMENTO	REGULAMENTAÇÃO	AVALIAÇÃO
Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC)	Art. 05 a 09 do Plano Diretor e Lei Complementar 1819/2005	Os artigos do PD que mencionam o PEUC estabelecem critérios para definir o descumprimento da função social da propriedade, e por consequência, a compulsoriedade de utilização do terreno. Os critérios são os seguintes: • terreno não edificado ou não utilizado; • terreno dentro do perímetro urbano; • excluídos terrenos inferiores a 500m², localizados em loteamento aprovado, que sejam única propriedade imóvel de seu titular. O PD também estabelece que lei complementar irá indicar as propriedades, dimensões, áreas e prazos aplicáveis a cada caso (art. 8°§ 1°). A Lei Complementar 1819/2005 regulamentou o PEUC, mas apenas em relação à forma e prazo de notificação e tomada de iniciativa dos proprietários. Quanto às propriedades e suas dimensões, limitou-se a indicar que os imóveis sujeitos ao PEUC seriam aqueles *cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo previsto no PD ou lei decorrente.* O art. 8° da LC ainda estabelece a necessidade de indicação dos imóveis sujeitos ao PEUC e dos critérios para cumprimento da função social através de mapa específico, que faria parte integrante da LC. Este mapa não foi elaborado. Conclusão: O instrumento é aplicável com base na legislação existente, mas a falta de detalhamento dos critérios para cumprir a função social na Lei Complementar deixa uma brecha para questionamentos judiciais. O critério para definir o descumprimento da função social existente no PD, que permite a aplicação do instrumento, é muito aberto e traz insegurança para os gestores e proprietários de imóveis.
Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) Progressivo	Art. 10 do Plano Diretor Art. 75 do Código Tributário Municipal Complementar 1819/2005	A instituição do IPTU Progressivo segue as diretrizes do Estatuto da Cidade em relação aos prazos e limites de progressividade do tributo. Também é importante notar que o instrumento foi previsto no Código Tributário Municipal, o que reduz a possibilidade de questionamentos judiciais. Conclusão: O instrumento é aplicável com base na legislação existente, mas depende da imposição de PEUC para ser aplicado.
Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública	Art. 11 do Plano Diretor Lei Complementar 1819/2005	A instituição do IPTU Progressivo segue as diretrizes do Estatuto da Cidade em relação ao procedimento para desapropriação e características dos títulos públicos. Conclusão: O instrumento é aplicável com base na legislação existente, mas depende da imposição de PEUC para ser aplicado.
Direito de Preempção ou Preferência	Lei Complementar 1817/2005	O Direito de Preempção é apenas mencionado no PD, estando regulamentado na LC indicada. A regulamentação segue as diretrizes do Estatuto das Cidades, mas determina em seu art. 2° § 1° que os imóveis sujeitos ao instrumento *deverão ser discriminados e descritos em anexo a esta lei*. Esta discriminação nunca ocorreu. Conclusão: O instrumento não é aplicável pela falta de discriminação dos terrenos suscetíveis. A necessidade de indicar os terrenos na própria lei que regulamenta o instrumento também não é recomendável, sugere-se outra forma de indicação dos terrenos (decreto ou lei específica) que permita maior agilidade e flexibilidade ao instrumento.
Operações Urbanas Consorciadas	Lei Complementar 1817/2005	O instrumento das Operações Urbanas Consorciadas é apenas mencionado no PD, estando regulamentado na LC indicada. A lei que regulamenta o instrumento prevê em seu art. 5° e 7° que as áreas sujeitas às operações consorciadas seriam indicadas em anexo da própria LC. Esta indicação nunca ocorreu. Conclusão: O instrumento não é aplicável pela falta de discriminação dos terrenos suscetíveis. A necessidade de indicar os terrenos na própria lei que regulamenta o instrumento também não é recomendável, sugere-se outra forma de indicação dos terrenos (decreto ou lei específica) que permita maior agilidade e flexibilidade ao instrumento.
Direito de Superfície	Lei Complementar 1816/2005	O Direito de Superfície é apenas mencionado no PD, estando regulamentado na LC indicada. O instrumento segue as diretrizes do Estatuto da Cidade e do Código Civil Brasileiro, mas não está vinculado às diretrizes e objetivos do Plano Diretor de Campo Largo. Muito provavelmente o instrumento foi pensado para viabilizar a regularização de imóveis, mas atualmente há instrumentos mais modernos, como a Concessão de Direito Real de Uso, que deverão ser considerados na revisão do PD.

		Conclusão: O instrumento é aplicável com base na legislação existente, mas está desvinculado das diretrizes e objetivos do PD e deverá ser revisto frente a instrumentos mais modernos.
Usucapião Especial Urbano	Lei Complementar 1816/2005	O Usucapião Especial é apenas mencionado no PD, estando regulamentado na LC indicada, que transcreveu literalmente as disposições do Estatuto da Cidade. O Instrumento não está vinculado às diretrizes e objetivos do Plano Diretor de Campo Largo. Muito provavelmente o instrumento foi pensado para viabilizar a regularização de imóveis, mas sua utilização e regulamentação deveriam destacar este fato. Conclusão: O instrumento é aplicável com base na legislação existente, mas está desvinculado das diretrizes e objetivos do PD.

6.2 Questionário do PAI

A tabulação dos resultados teve como objetivo classificar as ações em realizadas/não realizadas e atribuir uma pontuação que indique a sua priorização pelos técnicos municipais que participaram da pesquisa. Para a apresentação dos dados na 1ª Oficina Técnica, foram consideradas "realizadas" as ações que obtiveram mais de uma resposta afirmativa e "não consideradas" ou "em desenvolvimento" aquelas onde predominaram estas respostas. É importante constar que durante as discussões temáticas realizadas durante a Oficina alguns participantes informaram que muitas ações foram marcadas como "não realizadas" quando havia dúvida sobre sua realização.

Para o cálculo da pontuação da prioridade das ações, foram atribuídas notas de 1 a 5 às cinco alternativas conforme o grau de relevância atribuído pelo participante (QUADRO 2). Em seguida, realizou-se a somatória destas notas por ação, considerando o total de respostas que cada ação obteve no questionário. De modo a facilitar a comunicação desta informação na Oficina, esta somatória foi dividida pela pontuação máxima que cada ação poderia obter (n° de respostas x 5), obtendo uma média de 0 a 10.

QUADRO 2: Valor de equivalência para cálculo da relevância das ações

RELEVÂNCIA	Baixíssima relevância	Baixa relevância	Média relevância	Alta relevância	Indispensável
NOTA	1	2	3	4	5

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.

De modo geral, foram avaliadas 200[2] ações, distribuídas em 05 temas e 05 questionários correspondentes (QUADRO 3). Considerando os critérios citados, conclui-se que a maior parte dos temas que permanecem pertinentes desde a elaboração do Plano Diretor vigente foi considerada pelos participantes como "não realizada" (77,1%). Destacam-se entre eles com menores percentuais de realização as ações relacionadas aos temas de infraestrutura (0% de ações prioritárias realizadas), desenvolvimento rural e meio ambiente (7,7%) e equipamentos públicos (12,9%). Estas avaliações deverão ser ponderadas pelos consultores na próxima etapa de revisão

[2] Este total inclui os subitens das ações, que foram consideradas perguntas à parte.

do Plano Diretor, considerando a sua relevância para a organização territorial do município, validação em visitas técnicas ao município e junto à sociedade civil durante as Oficinas Comunitárias.

QUADRO 3: Resumo dos resultados da avaliação das ações do PDDI vigente

Tema	Numero de perguntas do questionário	Número de participantes	N° de ações avaliadas	N° de ações consideradas prioridade 4 a 5	Percentual de ações de prioridade 5 a 4 consideradas realizadas pelos participantes	Percentual de ações de prioridade 5 a 4 consideradas não realizadas pelos participantes
GESTÃO	2 (ou 6)	15	44	41	39,0% 16	61,0% 25
INFRAESTRUTURA	7 (ou 21)	6	28	27	0% 0	100% 27
ECONOMIA E FINANÇAS	5 (ou 15)	15	30	30	53,3% 16	46,7% 14
EQUIPAMENTOS	9 (ou 27)	10	83	77	12,9% 10	87,1% 67
DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE	2 (ou 6)	16	15	13	7,7% 1	92,3% 12
TOTAL	**25 (ou 75)**	**62[1]**	**200**	**188**	**22,9% 43**	**77,1% 145**

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.
[1]Pode haver duplicação, caso um mesmo participante tenha respondido a dois questionários.

A pontuação e avaliação sobre a realização ou não das ações mais relevantes foram organizadas em duas tabelas por tema. A primeira teve como objetivo apresentar o resultado do formulário *online* e buscar os motivos pelos quais as ações avaliadas se concretizaram ou não. A segunda tabela buscou avaliar estas justificativas de acordo com a metodologia SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) ou conforme a sigla em Português FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), identificando as forças e fraquezas internas à PMCL e as oportunidades e ameaças externas que justificariam a realização e priorização das ações avaliadas. Estas tabelas foram preenchidas na 1ª Oficina Técnica pelos consultores responsáveis pelas temáticas em grupos de discussão com técnicos municipais e são apresentadas na sequência.

6.3 Resultados da Oficina Técnica

6.3.1 Grupo de discussão sobre Gestão Municipal

PRIMEIRA ATIVIDADE: AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO PDDI (2005)

As diretrizes do PDDI 2005 ligadas à Gestão do Município estão divididas em dois grupos: (i) Melhoria dos Mecanismos de Gestão Urbana, (ii) Modernização Administrativa e Tributária.

Estes dois grupos concentram 16 ações específicas. De acordo com o questionário elaborado pelos consultores e respondido pelos servidores municipais, a maioria destas ações

continua sendo relevantes para o desenvolvimento de Campo Largo, porém, há 08 delas que foram consideradas prioritárias.

- Melhoria dos Mecanismos de Gestão Urbana:
  - Criação e instituição de novas leis urbanas;
  - Integração das diversas secretarias municipais, definindo bases territoriais únicas;
  - Criação de banco de dados, preferencialmente georreferenciado, através da implantação de sistemas e treinamento de pessoal;
  - Estabelecimento de um Plano de Informatização para todos os setores da Administração.
- Modernização Administrativa e Tributária
  - Identificação e busca de recursos de programas do Governo Federal junto ao BNDES: Serviços sociais básicos (saúde, educação); Infraestrutura Urbana;
  - Identificação e busca de recursos de programas do Governo Federal junto à SEDU: (a) Saneamento é Vida, (b) Programa de Gestão de Resíduos Sólidos, (c) Infraestrutura Urbana, (d) Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, (e) Gestão Urbana;
  - Revisão e atualização dos valores do IPTU, incluindo a utilização de novos mecanismos;
  - Aprimoramento da transparência na execução orçamentária, demonstrando a importância da arrecadação de tributos.

Com base nas ações prioritárias listadas acima, o grupo discutiu os motivos pelos quais as ações não foram realizadas ou porque, mesmo realizadas, permanecem prioritárias:

QUADRO 4: Síntese das ações consideradas prioritárias pelo questionário

AÇÕES PRIORITÁRIAS	REALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO (de 1 a 10)	MOTIVOS PELOS QUAIS A AÇÃO NÃO SE CONCRETIZOU
MELHORIA NOS MECANISMOS DE GESTÃO URBANA 1) Legislação Urbanística	REALIZADA	8,3	▪ O grupo considerou a ação parcialmente realizada, uma vez que o Município conta com leis urbanísticas; ▪ A ação continua sendo prioritária porque muitas leis carecem de regulamentação específica ou seu conteúdo não é considerado satisfatório.
2) Integração das Secretarias e Bases Territoriais	NÃO REALIZADA	8,1	▪ Não há uma "secretaria responsável pelo Plano Diretor" que direcione e supervisione as ações setoriais; ▪ Não há espaços de discussão ou ferramentas de base territorial que proporcionem a integração das secretarias; ▪ As ações são tomadas de forma individual e isoladas do contexto de planejamento municipal, há incompatibilidade política entre secretários, falta de recursos humanos e materiais para ir além das obrigações diárias e pensar em planejamento e integração; ▪ A criação do Instituto de Planejamento continua sendo

			uma ação prioritária de acordo com os participantes.
3) Criação de Sistema Único de Informações e Capacitação dos Servidores	NÃO REALIZADA	7,9	▪ Situação e justificativas similares as do item anterior; ▪ Falta de um processo de treinamento e capacitação continuado dos servidores; ▪ Poucos técnicos no quadro permanente responsáveis por programas, projetos e estratégias de médio e longo prazo, o que dificulta a continuidade das ações; ▪ Utilização de softwares genéricos ou não originais com sérias limitações.
4) Plano de Informatização da Administração	NÃO REALIZADA	7,9	▪ As secretarias promovem soluções específicas de informatização, sem base em um plano continuado e sem uma visão integrada entre as secretarias; ▪ Muitos servidores não conhecem as soluções informatizadas das outras secretarias e não aproveitam recursos disponíveis (falta comunicação).
MELHORIA NOS MECANISMOS DE GESTÃO URBANA 5) Busca de Recursos junto ao BNDES	REALIZADA	7,6	▪ A busca de recursos junto ao Governo Federal (BNDES) e Estadual (SEDU) não vem sendo realizada, segundo o grupo, pelos mesmos motivos; ▪ A falta de órgão ou pessoa dedicada a estas atividades faz com que os demais servidores busquem recursos isolados, sem uma visão de planejamento; ▪ Projetos são criados às pressas de acordo com as oportunidades; ▪ Quando um servidor identifica uma boa oportunidade de financiamento, não sabe com quem discutir ou para quem levar a oportunidade.
6) Busca de Recursos junto à SEDU	NÃO REALIZADA	7,5	
7) Revisão dos Valores de IPTU e Novos Mecanismos	REALIZADA	7,0	▪ Apesar da atividade ter sido considerada como realizada por quem respondeu o Questionário, a última revisão da Planta Genérica de Valores ocorreu na época de elaboração do Plano (2005), e deve ser considerada na elaboração do novo PD; ▪ A mesma situação foi levantada em relação ao ITR; ▪ Novos mecanismos, como o IPTU Progressivo e a Transferência e Venda de Potencial Construtivo, dependem de uma base de valores atualizada para terem efeito.
8) Transparência na Execução Orçamentária	REALIZADA	7,0	▪ De acordo com o grupo, há certa transparência das Diretrizes de Execução Orçamentária, mas a forma de disponibilização das informações e o conteúdo da Lei de Diretrizes e do Plano Plurianual dificultam sua compreensão e fiscalização; ▪ Os participantes destacaram a falta de conhecimento dos servidores do executivo e legislativo como uma das causas da falta de transparência e vinculação entre orçamento e plano diretor.

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.

Cabe mencionar, entre as manifestações do grupo de discussão sobre a Gestão Municipal, a sugestão de ações específicas que viabilizam ou facilitam o conjunto de ações ou mesmo as diretrizes gerais do Plano Diretor de 2005.

Os participantes destacaram, independente da lógica do quadro de ações sugeridas pelo PD 2005, as seguintes iniciativas:

- A criação do Instituto de Planejamento de Campo Largo**,** visando a consolidação de uma cultura de planejamento com recursos materiais e humanos dedicados à integração das secretarias e à visão sistêmica de longo prazo;
- Abertura de concurso para todos os cargos de diretoria (ou mesmo de secretário) dentro de cada secretaria como forma de garantir maior continuidade dos programas e políticas municipais;
- Reavaliação e registro das competências e procedimentos inerentes aos temas do Plano Diretor (concessão de alvarás, emissão de licenças ambientais e outros).

SEGUNDA ATIVIDADE: MATRIZ FOFA

O grupo de discussão destacou os seguintes aspectos da Gestão Municipal:

QUADRO 5: Matriz FOFA – Aspectos de gestão pública do território

GESTÃO PÚBLICA DO TERRITÓRIO	
STRENGTH/FORÇAS (internas/organização) ▪ Técnicos capacitados e interessados; ▪ Experiências positivas com Grupos Técnicos (GT) para discussão de temas multidisciplinares. Experiência do GT de Turismo; ▪ Secretaria de Des. Urbano elaborou "Manual de Procedimentos" que auxiliou por prazo considerável, mas não acompanho mudanças; ▪ Maior parte das secretarias concentradas no Centro Administrativo da Prefeitura; ▪ Conselhos (especialmente CONDUMA e COMUDE) atuantes.	**WEAKNESS/FRAQUEZAS (internas/organização)** ▪ Falta de uma "cultura de planejamento", não há recursos materiais ou humanos dedicados a este fim; ▪ Grande número de servidores comissionados dificulta continuidade das ações; ▪ Falta de oportunidades para discussão entre secretarias, falta de integração entre servidores; ▪ Não há softwares que permitam a integração de informações entre secretarias; ▪ Disputas políticas entre servidores do executivo e entre executivo e legislativo.
OPPORTUNITY/OPORTUNIDADES (externas/ambiente) ▪ Elaboração do Plano Metropolitano da RMC serve como estimulo ao planejamento de longo prazo do município; ▪ Propostas de investimento de infraestruturas de porte regional estimulam gestores a melhorarem administração; ▪ Crescimento demográfico impulsionado pela RMC desafia gestores.	**THREAT/AMEAÇAS (externas/ambiente)** ▪ Pressão por novos alvarás (em diversos setores) e falta de preparo da Prefeitura; ▪ Plano Diretor Metropolitano pode impor situações específicas se Campo Largo não estiver preparado para se posicionar; ▪ Legislação estadual e federal sobre gestão urbana e ambiental é confusa.

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.

6.3.2 Grupo Infraestrutura e Meio Ambiente

PRIMEIRA ATIVIDADE: AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO PDDI (2005)

As diretrizes do PDDI 2005 ligadas a Infraestrutura foram divididas em três grupos prioritários: (i) Melhoria dos Níveis de Oferta dos Sistemas de Infraestrutura, (ii) Estruturação do Sistema Viário e (iii) Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos. Estes três grupos concentraram três ações específicas, todas elas consideradas prioritárias e não realizadas no questionário respondido pelos servidores municipais.

- Melhoria dos Níveis de Oferta dos Sistemas de Infraestrutura: avaliação pormenorizada de cada sistema de infraestrutura, visando a definição de planos de melhoria e ampliação.
- Estruturação do Sistema Viário: melhoria dos passeios públicos dando melhores condições de segurança aos pedestres.
- Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos: revisão da viabilidade e conveniência da renovação da outorga de exploração dos serviços de coleta e tratamento de esgotos por parte da SANEPAR, exigindo seu comprometimento formal.

Com base nas ações prioritárias listadas acima, o grupo discutiu os motivos pelos quais as ações não foram realizadas ou porque, mesmo realizadas, permanecem prioritárias:

QUADRO 6: Síntese das ações consideradas prioritárias pelo questionário

AÇÕES PRIORITÁRIAS	REALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO (de 1 a 10)	MOTIVOS PELOS QUAIS A AÇÃO NÃO SE CONCRETIZOU
MELHORIA NOS NÍVEIS DE OFERTA DOS SISTEMAS DE INFRAESTRUTURA Avaliação pormenorizada de cada sistema de infraestrutura, visando a definição de planos de melhoria e ampliação.	NÃO REALIZADA	9,7	▪ Falta de planejamento de infraestrutura no Município; ▪ Falta de articulação entre as secretarias e entre projetos realizados por diferentes secretarias. ▪ Execução de obras não prioritárias; ▪ Execução de obras a partir de decisões políticas ou de modo emergencial para cumprir prazos para aproveitar verbas/recursos; ▪ Recursos insuficientes e dificuldade na captação de novos recursos; ▪ Grande extensão territorial do Município e território mal ocupado, com alternância de áreas urbanas e rurais, o que dificulta o planejamento e a execução de projetos; ▪ Pouca participação dos técnicos municipais no planejamento financeiro do Município, os quais elencam recursos depois dos orçamentos definidos.
ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO Melhoria dos passeios públicos dando melhores condições de segurança aos pedestres.	NÃO REALIZADA	9,7	▪ Não há "lista de prioridades" para execução de obras; ▪ Algumas obras possuem definição política para sua execução; ▪ Grande extensão do território, com bairros grandes e alguns afastados entre si.

SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS Revisão da viabilidade e conveniência da renovação da outorga de exploração dos serviços de coleta e tratamento de esgotos por parte da SANEPAR, exigindo seu comprometimento formal.	NÃO REALIZADA	9,7	▪ Pouca participação dos técnicos para embasamento das decisões; ▪ Os técnicos verificam que as obras de saneamento não são devidamente planejadas e alguns gastos são "mal colocados"; ▪ Recentemente este item começou a ser tratado no Plano de Saneamento Básico Municipal.

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.

SEGUNDA ATIVIDADE: MATRIZ FOFA

O grupo de discussão destacou os seguintes aspectos da Infraestrutura:

QUADRO 7: Matriz FOFA – Aspectos de infraestrutura e meio ambiente

ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE	
STRENGTH/FORÇAS (internas/organização)	**WEAKNESS/FRAQUEZAS (internas/organização)**
▪ O número de técnicos municipais aumentou bastante, embora tenha sido apontado que a demanda provavelmente subirá se o PD revisto atender à maioria dos assuntos tratados nesta Oficina. ▪ Não existem problemas de abastecimento de água na área rural, embora o controle de qualidade seja deficitário; ▪ A área rural é extensa, havendo muito potencial para um melhor aproveitamento natural e cultural com parques e bosques, embora sejam necessárias políticas públicas (como a instituição de UCs e RPPNs) que garantam infraestrutura para suprir as demandas e valorizar o patrimônio nestas áreas do município; ▪ O Município está em fase final da elaboração do Plano de Saneamento Básico, definindo diversos projetos e ações para cumprimento de demandas locais e das políticas e metas nacionais; ▪ O Plano de Saneamento está propondo que toda a ocupação sobre o Aquífero Karst seja atendida por rede de esgoto; ▪ Existe uma ETA em implantação no rio Verde, visando melhorar o abastecimento de água.	▪ O Município é muito carente de infraestrutura; ▪ Algumas empresas terceirizadas realizam serviços de forma insatisfatória, mesmo quando devidamente fiscalizadas; ▪ Planejamento municipal com ações de curto prazo; ▪ Falta interação entre as secretarias e dificuldade no conhecimento das responsabilidades; ▪ Existem muitos logradouros sem denominação, prejudicando alguns serviços (Correios, por exemplo); ▪ Existem muitos problemas no sistema de iluminação pública e comunicação, com falhas e cortes frequentes no fornecimento e longo período de espera para a normalização do atendimento, principalmente nas áreas rurais; ▪ Existem ainda muitas regiões carentes de serviço de água tratada; ▪ Os sistemas comunitários de abastecimento de água dos distritos de Três Córregos e São Silvestre são abastecidos por poços, não há cobrança de tarifa e a PMCL é responsável pela manutenção, não havendo devido monitoramento e controle da qualidade da água; ▪ Rede de esgoto com atendimento a 38%, com muitas ligações irregulares ou uso de sistemas irregulares, principalmente nas áreas rurais; ▪ Coleta de resíduos é prejudicada em diversos locais, por dificuldade de acesso do caminhão, principalmente em áreas de ocupação irregular; ▪ Alguns distritos rurais não possuem coleta regular de resíduos; ▪ Existe muito lançamento irregular de resíduos em rios ou

	nas suas proximidades; ▪ Falta de projetos e obras de drenagem mal executadas, como, por exemplo, "limpeza" de rios feitas sem critérios técnicos; ▪ Falta de mapeamento do sistema de drenagem urbana; ▪ No Parque Cambuí, o esgoto está assoreando o rio e há problemas com barrancos; ▪ A Prefeitura possui um Plano de Arborização, mas ele não foi implementado; ▪ Baixa manutenção dos parques. Os serviços se resumem ao corte de grama; ▪ Não há um sistema informatizado integrado que pudesse auxiliar na organização e gestão na Prefeitura.
OPPORTUNITY/OPORTUNIDADES (externas/ambiente) ▪ "Independência" de Campo Largo em relação à RMC, mas interage com os outros municípios (não depende de outros municípios).	**THREAT/AMEAÇAS (externas/ambiente)** ▪ Atendimento deficitário da ANEEL na área rural; ▪ A Prefeitura possui convênio com IAP para os licenciamentos ambientais, mas há incompatibilidade para uso do sistema de informática, uma vez que a PMCL utiliza sistema operacional Linux o IAP utiliza Windows.

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.

6.3.3 Grupo Aspectos Econômicos e Financeiros

PRIMEIRA ATIVIDADE: AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO PDDI (2005)

As diretrizes do PDDI 2005 ligadas aos aspectos Econômicos e Financeiros do Município foram agrupadas em: (i) Fortalecimento do Aparato Produtivo e (ii) Incentivo à Industrialização. Estes dois grupos concentram quatro ações consideradas urgentes ou indispensáveis pelos servidores municipais que responderam aos questionários *online*.

- Fortalecimento do Aparato Produtivo:
  - Estímulo ao crescimento do parque produtivo industrial, comercial e prestador de serviço;
  - Desenvolver políticas de atração de novas empresas e de valorização das iniciativas locais;
  - Disciplinar e fiscalizar as atividades potencialmente poluentes.
- Incentivo à Industrialização:
  - Estudo técnico da adequação físico-territorial para o desenvolvimento de novas atividades industriais (novos setores industriais).

Com base nas ações prioritárias listadas acima, o grupo discutiu os motivos pelos quais as ações não foram realizadas ou porque, mesmo realizadas, permanecem prioritárias:

QUADRO 8: Síntese das ações consideradas prioritárias pelo questionário

AÇÕES PRIORITÁRIAS	REALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO (de 1 a 10)	MOTIVOS PELOS QUAIS A AÇÃO NÃO SE CONCRETIZOU
FORTALECIEMNTO DO APARATO PRODUTIVO (A) Estímulo ao crescimento do parque produtivo industrial, comercial e prestador de serviço.	NÃO REALIZADA	7,9	▪ Falta de áreas: carência de novas áreas (sobretudo ao longo do contorno da BR-277) e empecilhos urbanísticos e ambientais às áreas existentes e ocupadas (Apa do Rio Verde), com definição ampla de atividades proibidas (sem avaliação de EIA/RIMA) ou uso permissível; ▪ Não há infraestrutura necessária nas ZIs existentes ao longo da PR-423.
(B) Desenvolver políticas de atração de novas empresas e de valorização das iniciativas locais.	PARCIALM. REALIZADA	7,9	▪ Ainda que exista legislação para atração de novas empresas (Lei 945/1991) e órgão que organiza e recebe novos investidores (SDE) e articulação com empresários, via COMUDE, bem como demanda para instalação de novos empreendimentos, a falta de áreas estruturadas é uma restrição para maior atratividade do município. ▪ Dificuldade de recursos (IPTU mais barato da região); ▪ Falta de prioridade orçamentária para investimentos em infraestrutura urbana.
(C) Disciplinar e fiscalizar as atividades potencialmente poluentes.	NÃO REALIZADA	7,9	▪ Indefinição quanto à responsabilidade (órgão) responsável para o disciplinamento; ▪ Compreensão que o disciplinamento é fundamental para regular os usos permissíveis em áreas de restrição urbana e ambiental e para diminuir restrições a atividades não permitidas e proibidas, tornando-as permissíveis, com o devido disciplinamento.
INCENTIVO À INDUSTRIALIZAÇÃO (A) Estudo técnico da adequação físico-territorial para o desenvolvimento de novas atividades industriais (novos setores industriais).	NÃO REALIZADA	8,0	▪ Engessamento de critérios urbanísticos e ambientais para definição de novas áreas para ocupação industrial e de serviços de grande porte (comércio atacadista); ▪ Necessidade de definir uso misto para expansão de estabelecimentos de pequeno porte em áreas residenciais, desde que avaliado por EIV; ▪ Pleito à desoneração, pelo Estado (COMEC e IAP) da bacia do Itaqui como Manancial.

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.

SEGUNDA ATIVIDADE: MATRIZ FOFA

O grupo de discussão destacou os seguintes aspectos da relacionados à Economia e Finanças.

QUADRO 9: Matriz FOFA – Aspectos de desenvolvimento econômico

ASPECTOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
STRENGTH/FORÇAS (internas/organização) ▪ Localização e Logística (Portal Capital/Interior); ▪ Qualificação de Mão de Obra: IFPR, SESI-PR, Escola Técnica e CESTEC; ▪ Oferta de Energia (gasoduto) e Água ▪ Atratividade da RMC; ▪ Embora com restrição ambiental, há reserva de áreas para empreendimentos no município. ▪ Desenvolvimento de políticas de compras municipais (SEBRAE/PR); ▪ Separação de Curitiba por meio da APA do Rio Verde protegeu Campo Largo da Conurbação metropolitana mais densa; ▪ Aspecto de cidade bonita; ▪ Ambiente natural rico e preservado, com potencial de turismo ligado à natureza.	**WEAKNESS/FRAQUEZAS (internas/organização)** ▪ Freios ambientais e urbanísticos severos, em parte das APAS e Áreas de Mananciais, restringindo usos e expansão de Zonas Industriais; ▪ IPTU: Planta Genérica desatualizada; ▪ Falta de um instituto permanente de planejamento para a cidade (há lei, mas não está instalado); ▪ Não tem Plano de Desenvolvimento Econômico; ▪ Efetividade do ZEE nas unidades de conservação; ▪ Falta de recursos para investimentos urbanos; ▪ Falta de modernização tecnológica da indústria de cerâmica e louças.
OPPORTUNITY/OPORTUNIDADES (externas/ambiente) ▪ Comércio eletrônico: maior demanda para centros logísticos e de distribuição (CD); ▪ Usina de Lixo (para atender demanda metropolitana) com reciclagem total ou geração de energia; ▪ Fluxo de investimentos na RMC e busca de áreas para relocalização industrial; ▪ Demanda de áreas para instalação de Condomínios Habitacionais de alto padrão - condomínios verdes.	**THREAT/AMEAÇAS (externas/ambiente)** ▪ Final da política anti-dumpling para a cerâmica chinesa (2019); ▪ Evasão de receita fiscal (ICMS) com o avanço do comércio eletrônico; ▪ Expansão urbana desordenada na RMC - ocupação de áreas de manancial e pressão de ocupação irregular.

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.

6.3.4 Grupo Equipamentos Comunitários

PRIMEIRA ATIVIDADE: AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO PDDI (2005)

As diretrizes do PDDI 2005 ligadas a Equipamentos públicos foram agrupadas em um grupo prioritário: (i) melhoria dos Níveis de Oferta de Serviços e Equipamentos Urbanos com doze ações específicas relacionadas à habitação, saúde, educação, esporte e lazer, setor cultural, assistência social, transportes, meio ambiente e segurança.

- Melhoria dos Níveis de Oferta de Serviços e Equipamentos Urbanos:
    - HABITAÇÃO - Criação de parâmetros mínimos para a aprovação de novos loteamentos, através da Lei do Parcelamento do Solo;
    - HABITAÇÃO - Criação de Legislação Ambiental que dê amparo às exigências que o saneamento ambiental preconiza (Lei do Meio Ambiente);

- SAÚDE - Garantia à criança e ao adolescente, através do SUS, de atendimento médico, odontológico, psicológico, psiquiátrico e fonoaudiólogo, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- SAÚDE - Aumento da capacidade de atendimento dos Postos de Saúde, através de investimentos em equipamentos médicos e laboratoriais e em pessoal (formação de equipes multidisciplinares de prestadores de serviço);
- EDUCAÇÃO - Adoção de padrões de número máximo de alunos por classe (exemplo: 30 alunos);
- EDUCAÇÃO - Elaboração de um Plano Setorial de Educação definindo metas para os próximos 05 anos;
- TRANSPORTE - Implantação de um terminal intermunicipal e de quatro terminais municipais (Itaqui, Cambuí, Bateias e Ferraria);
- MEIO AMBIENTE - Melhoria do serviço de coleta de lixo e eliminação de locais de depósito inadequados;
- SEGURANÇA - Fomento a melhores condições operacionais para a Polícia Militar e Civil, através de gestões junto ao Governo do Estado para aumentar o efetivo e as condições logísticas de operação;
- ESPORTE E LAZER - Aproveitamento de áreas de proibição de ocupação para a implantação de áreas de lazer;
- SETOR CULTURAL - Criação de um Conselho Gestor Municipal de Cultura com representantes da sociedade, de indústrias e de ONGs;
- ASSISTÊNCIA SOCIAL - Implementação de ações educativas para coibir a violência e uso de drogas junto aos adolescentes.

Com base nas ações prioritárias listadas acima, o grupo discutiu os motivos pelos quais as ações não foram realizadas ou porque, mesmo realizadas, permanecem prioritárias:

QUADRO 10: Síntese das ações consideradas prioritárias pelo questionário

AÇÕES PRIORITÁRIAS	REALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO (de 1 a 10)	MOTIVOS PELOS QUAIS A AÇÃO NÃO SE CONCRETIZOU
MELHORIA DOS NÍVEIS DE OFERTA DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS HABITAÇÃO - Criação de parâmetros mínimos para a aprovação de novos loteamentos, através da Lei do Parcelamento do Solo.	NÃO REALIZADA	7,8	▪ O COMDUMA realizou discussões sobre a questão e apontou que era necessário aguardar a atualização do Plano Diretor.
HABITAÇÃO - Criação de Legislação Ambiental que dê amparo às exigências que o saneamento ambiental preconiza (Lei do Meio Ambiente).	NÃO REALIZADA	7,8	▪ Os participantes não souberam avaliar.
SAÚDE - Garantia à criança e ao adolescente, através do SUS, de atendimento médico, odontológico, psicológico, psiquiátrico e fonoaudiólogo, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.	REALIZADA	8,4	▪ A cobertura destes serviços é boa , abrangendo a maioria das localidades do município (em torno de 65% do território); ▪ Carência de pediatras, especialmente na região entre Itaboa e Itabezinho, mas também no Posto do Centro.

SAÚDE - Aumento da capacidade de atendimento dos Postos de Saúde, através de investimentos em equipamentos médicos e laboratoriais e em pessoal (formação de equipes multidisciplinares de prestadores de serviço).	NÃO REALIZADA	8	▪ Desde 2005 muitos investimentos foram realizados, melhorando bastante a qualidade e capacidade de atendimentos dos serviços de saúde no município. Entretanto, a situação ainda não está satisfatória; ▪ O Hospital do Rocio é referência na prestação de serviços médicos e, por isso, recebe muita gente de fora, inclusive atraindo novos moradores para o município (até mesmo de outras regiões do país).
EDUCAÇÃO - Adoção de padrões de número máximo de alunos por classe (exemplo: 30 alunos).	NÃO REALIZADA	7,9	▪ Existe uma padronização nas escolas municipais, conforme as séries.
EDUCAÇÃO - Elaboração de um Plano Setorial de Educação definindo metas para os próximos 05 anos.	REALIZADA	7,9	▪ O Plano Municipal de Educação (PNE) foi elaborado, com ampla participação de educadores.
TRANSPORTE - Implantação de um terminal intermunicipal e de quatro terminais municipais (Itaqui, Cambuí, Bateias e Ferraria).	NÃO REALIZADA	7,3	▪ Existência do Terminal na Av. Desembargador Clotário Portugal e Rodoviária esta localizada na Rua Rui Barbosa.
MEIO AMBIENTE - Melhoria do serviço de coleta de lixo e eliminação de locais de depósito inadequados.	NÃO REALIZADA	7,1	▪ A qualidade deste serviço melhorou; ▪ O município recebeu o prêmio Melhores Práticas (oferecido pela Caixa) pelo trabalho na coleta seletiva; ▪ Foi criada a Associação de Catadores Unidos da Reciclagem (Assur) e outras quatro associações que desempenham importante papel no município; ▪ Foi elaborado o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).
SEGURANÇA - Fomento a melhores condições operacionais para a Polícia Militar e Civil, através de gestões junto ao Governo do Estado para aumentar o efetivo e as condições logísticas de operação.	NÃO REALIZADA	6,7	▪ Criação da guarda municipal; ▪ O Efetivo policial continua muito pequeno; ▪ Foi criado o Destacamento da Guarda Municipal no bairro Ferraria.
ESPORTE E LAZER - Aproveitamento de áreas de proibição de ocupação para a implantação de áreas de lazer.	NÃO REALIZADA	6,2	▪ A cultura do "esporte na rua" e das práticas de lazer coletivas está desgastada; ▪ Mais comum foi o aproveitamento destas áreas para a construção de escolas.
SETOR CULTURAL - Criação de um Conselho Gestor Municipal de Cultura com	NÃO	6,4	▪ Conselho criado.

representantes da sociedade, de indústrias e de ONGs.	REALIZADA		
ASSISTÊNCIA SOCIAL - Implementação de ações educativas para coibir a violência e uso de drogas junto aos adolescentes.	NÃO REALIZADA	6,0	▪ Foi criada a Secretaria de Políticas Sobre Drogas, cujas ações priorizam as ações de prevenção.

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.

SEGUNDA ATIVIDADE: MATRIZ FOFA

O grupo de discussão destacou os seguintes aspectos relacionados a Equipamentos Públicos.

QUADRO 11: Matriz FOFA – Aspectos de infraestrutura e equipamentos

ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS	
STRENGTH/FORÇAS (internas/organização)	**WEAKNESS/FRAQUEZAS (internas/organização)**
▪ O sistema de saúde melhorou nos últimos dez anos; ▪ Na área urbana, a coleta seletiva de lixo deu à cidade o prêmio Melhores Práticas da Caixa Econômica Federal; ▪ Interação entre diferentes instituições de ensino do município para a não sobreposição de temas de cursos ofertados.	▪ A população do município é muito carente (falta educação e amparo familiar); ▪ Falta interesse da população por cursos de formação cultural e técnica (existem oportunidades não aproveitadas); ▪ Cursos ofertados pela Casa da Cultura não têm demanda, enquanto diferentes cursos em outros locais (como no Centro da Juventude) estão lotados; ▪ O número de usuários de drogas (inclusive jovens, moradores da zona rural) está aumentando; ▪ O número de crianças com doenças mentais - comumente filhas de usuários de drogas - se ampliou nos últimos anos (atualmente 350 crianças são atendidas nos CAPS infantis); ▪ A sensação de insegurança é um dos principais problemas do município (especialmente nos bairros Jardim Meliane e Cercadinho); ▪ Faltam condições para a participação popular nos Conselhos Municipais, que sempre são compostos pelas mesmas pessoas; ▪ O efetivo da Polícia Militar e da Guarda Municipal é baixo e os destacamentos de Bateias e Ferraria quase nunca têm oficiais ou viaturas.

OPPORTUNITY/OPORTUNIDADES (externas/ambiente)	THREAT/AMEAÇAS (externas/ambiente)
▪ Os hospitais do Rocio e Infantil oferecem serviços de ótima qualidade; ▪ Acordo com o município vizinho de Balsa Nova para que os moradores campolarguenses de bairros próximos à divisa possam ser atendidos nos postos de saúde de lá. Em troca, os moradores de Balsa Nova são atendidos pelo Centro Médico de Campo Largo.	▪ Proximidade com Curitiba faz com que a cidade seja rota do tráfico. ▪ A qualidade dos serviços prestados pelos hospitais do Rocio e Infantil atraem pacientes e moradores de diversas partes do Brasil, o que sobrecarrega estas instituições e dificulta o acesso dos cidadãos campolarguense aos mesmos.

Elaboração: Vertrag Planejamento Ltda. 2015.